



# Relatório de Sustentabilidade

Câmara Municipal de Torres Vedras

2016 - 2019



# Ficha Técnica

## Título

Relatório de Sustentabilidade da Câmara Municipal de Torres Vedras 2016 - 2019

## Execução

**FCT NOVA - FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA  
DA UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA**

102-56

Departamento de Ciências e Engenharia do Ambiente

MARE – Centro de Ciências do Mar e do Ambiente

*Campus* de Caparica, 2829-516 Caparica

Tel: 212 948 500 | Ext: 10174

## Equipa FCT NOVA

José Carlos Ferreira (Coordenação)

Catarina Jóia Santos

Cláudio Macedo Duarte

Renato Monteiro

**CÂMARA MUNICIPAL DE TORRES VEDRAS**

102-1, 102-3,  
102-4, 102-5,  
102-6, 102-7

Divisão de Ambiente e Sustentabilidade

Avenida 5 de Outubro, 2560-270 Torres Vedras

Tel: +351 261 310 436 | +351 261 310 449

ambiente@cm-tvedras.pt | www.cm-tvedras.pt

102-53

## Equipa da Câmara Municipal de Torres Vedras

Marta Rodrigues (Coordenação)

André Alves

Joana Rodrigues

Raquel Lopes



# Índice

<b>Mensagem do Presidente .....</b>	<b>11</b>
<b>Introdução.....</b>	<b>12</b>
<b>Materialidade .....</b>	<b>14</b>
<b>Apresentação do Município.....</b>	<b>15</b>
Caracterização.....	15
População.....	18
<b>Gestão e Governança.....</b>	<b>20</b>
Câmara Municipal .....	20
Assembleia Municipal .....	20
Organização da Câmara Municipal.....	23
<b>Partes Interessadas.....</b>	<b>26</b>
Meios de Comunicação .....	27
Auscultação dos <i>Stakeholders</i> .....	27
<b>Participação na Governança .....</b>	<b>28</b>
Missão e Visão .....	28
Participação Pública .....	28
Associativismo .....	29
Orçamento Participativo de Torres Vedras .....	30
Participação Pública Jovem .....	32
Órgãos Municipais da Juventude .....	33

<b>Desempenho Social.....</b>	<b>34</b>
Recursos Humanos.....	34
Saúde e Segurança.....	37
Formação e Educação .....	39
Ética e Benefícios Sociais .....	41
<b>Desempenho Ambiental .....</b>	<b>45</b>
Materiais Consumíveis .....	45
Energia e Clima.....	47
Água.....	52
Resíduos .....	57
Qualidade do Ar .....	60
Ruído .....	62
Educação Ambiental.....	63
Mobilidade.....	67
Território.....	70
<b>Desempenho Económico .....</b>	<b>80</b>
Caracterização Económica.....	81
Presença de mercado .....	86
Impactes Económicos Indiretos.....	87
Agência Investir Torres Vedras .....	88



Medidas anticorrupção.....	89
<b>Compromissos, Parcerias e Reconhecimentos .....</b>	<b>91</b>
<b>Diretrizes do Global Report Initiative .....</b>	<b>93</b>
<b>Referências Bibliográficas.....</b>	<b>102</b>



# Índice de Figuras

Figura 1 - Torres Vedras no Oeste e em Portugal Continental. ....	15
Figura 2 - Freguesias de Torres Vedras. ....	16
Figura 3 - Carta de Uso e Ocupação do Solo no Município de Torres Vedras .....	16
Figura 4 - Evolução da população residente no município. ....	18
Figura 5 - Evolução da densidade populacional do município. ....	18
Figura 6 - Evolução da população, por faixa etária, no município. ....	18
Figura 7 - Evolução do índice do envelhecimento do município. ....	18
Figura 8 - Evolução do número de nascimentos no município. ....	19
Figura 9 - Evolução da população estrangeira do município. ....	19
Figura 10 - Composição do Executivo da Câmara Municipal de Torres Vedras. ....	22
Figura 11 - Organograma da Câmara Municipal de Torres Vedras. ....	25
Figura 12 - Partes interessadas da Câmara Municipal de Torres Vedras .....	26
Figura 13 - Sessão da Assembleia Municipal de Torres Vedras. ....	29
Figura 14 - Logotipo da 3.ª edição do Fórum das Associações de Torres Vedras (2019). ....	29
Figura 15 - Logotipo da 4.ª edição do Orçamento Participativo de Torres Vedras (2019). ....	31
Figura 16 - 2.ª Sessão Participativa do Orçamento Participativo de Torres Vedras 2019 (Freguesia de Ponte do Rol). ....	31
Figura 17 - Uma das sessões participativas para jovens (2019). ....	32

Figura 18 - Número de trabalhadores com deficiência contratados pela autarquia .....	36
Figura 19 - Logótipo do Instituto Público de Gestão Participada .....	39
Figura 20 - Logótipo da rede PROCURA+ .....	46
Figura 21 - Variação dos consumos de combustíveis fósseis da autarquia .....	49
Figura 22 - Faturação relativa a consumos de água mensais. ....	53
Figura 23 - Consumos de água anuais. ....	54
Figura 24 - Selo de qualidade da água para consumo humano .....	55
Figura 25 - Logótipo da Bandeira Azul .....	55
Figura 26 - Produção anual de resíduos sólidos urbanos .....	58
Figura 27 - Produção anual de resíduos separados seletivamente ..	59
Figura 28 - Produção anual de resíduos sólidos urbanos .....	59
Figura 29 - Emissões relativas à frota de veículos da autarquia. ....	62
Figura 30 - Centro de Educação Ambiental de Torres Vedras. ....	64
Figura 31 - Logótipo do Eco-Escolas. ....	64
Figura 32 - Logótipo do Projeto Rios .....	65
Figura 33 - Logótipo do Projeto "Peixes Nativos" .....	65
Figura 34 - Exposição da atividade "Embaixadores pela Biodiversidade" .....	67
Figura 35 - Portal da Mobilidade de Torres Vedras. ....	68
Figura 36 - Rede de Ciclovias e as "Agostinhas" .....	69



Figura 37 - Logótipo do Programa ECOXXI.....	73
Figura 38 - Evolução do Índice ECOXXI (2015-2018) .....	74
Figura 39 - Galardões atribuídos às praias do concelho.....	76
Figura 40 - Intervenção da obra de proteção costeira de Santa Cruz Sul.....	76
Figura 41 - Mapa Esquemático da Paisagem Protegida Local das Serras do Socorro e da Archeira .....	78
Figura 42 - Logótipo da Reserva Natural Local Foz Azul.....	79
Figura 43 - Valor económico gerado e distribuído total, por ano .....	83
Figura 44 - Despesas correntes do MTV, por ano .....	84
Figura 45 - Receitas correntes do MTV, por ano .....	84

Figura 46 - Logótipo da Agência Investir Torres Vedras .....	89
Figura 47 - Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.....	91



# Índice de Tabelas

Tabela 1 - Uso e Ocupação do Solo 2015 (COS2015), por freguesia .....	17
Tabela 2 - Resultados das Eleições Legislativas de 2017 para a Câmara Municipal.....	20
Tabela 3 - Resultados das Eleições Legislativas de 2017 para a Assembleia Municipal.....	21
Tabela 6 - Número de admissões e saídas de funcionários do MTV	35
Tabela 7 - Escalões etários dos funcionários do MTV .....	35
Tabela 8 - Número de Trabalhadores do MTV por Género .....	36
Tabela 9 - Ações de formação sobre saúde e segurança no trabalho realizadas e funcionários abrangidos .....	37
Tabela 10 - Dias perdidos devido a acidentes no local de trabalho...	37
Tabela 11 - Encargos com prevenção de acidentes e doenças profissionais (em euros) .....	38
Tabela 12 - Exames realizados pelos funcionários do MTV .....	38
Tabela 13 - Ações de formação internas realizadas no MTV .....	40
Tabela 14 - Ações de formação externas realizadas no MTV .....	40
Tabela 15 - Assiduidade dos trabalhadores do MTV (nº de dias de ausência ao trabalho) .....	42
Tabela 16 - Número de processos de indisciplina por parte dos trabalhadores.....	43
Tabela 17 - Benefícios sociais dos funcionários do MTV (em euros)	43

Tabela 18 - Consumos de energia faturados nos edifícios municipais do MTV e iluminação pública.....	48
Tabela 19 - Consumos de energia indireta do MTV .....	49
Tabela 20 - Zonas de abastecimento de água, população servida e volume estimado .....	53
Tabela 21 - Monitorizações efetuadas às massas de água de Torres Vedras.....	56
Tabela 20 - Número de contentores de recolha de resíduos no concelho de Torres Vedras.....	58
Tabela 23 - Monitorizações à qualidade do ar efetuadas no município .....	61
Tabela 24 - Poder calorífico, fator de emissão e densidade dos combustíveis .....	62
Tabela 25 - Número de monitorizações, incumprimentos e reclamações ao ruído efetuadas no município .....	63
Tabela 27 - Valor económico direto (em euros - €) gerado pelo MTV, por ano .....	81
Tabela 28 - Valor económico distribuído (em euros - €) pelo MTV, por ano .....	82
Tabela 29 - Valor económico retido (em euros - €) do MTV, por ano	83
Tabela 30 - Variação dos impostos diretos (em euros - €) face ao ano anterior, por ano.....	85
Tabela 31 - Assistência financeira (por tipo e em euros - €) prestada pelo Governo ao MTV, por ano .....	85

Tabela 32 - Remuneração média mensal (em euros - €) do MTV, região oeste e nacional, por género e por ano.....	86
Tabela 33 - Transferências correntes (em euros - €) cedidas pelo MTV, por ano .....	88
Tabela 34 - Número total de redes, parcerias, prémios, galardões e certificações recebidos pelo MTV.....	92
Tabela 35 - Correspondências das Diretrizes GRI.....	93



# Índice de Siglas e Abreviaturas

ADSE – Assistência na Doença aos Servidores do Estado

APA – Agência Portuguesa do Ambiente

BE – Bloco de Esquerda

CAOP – Carta Administrativa Oficial de Portugal

CDU – Coligação Democrática Unitária

CEA – Centro de Educação Ambiental

CH<sub>4</sub> – Metano

CMJTV - Conselho Municipal de Juventude de Torres Vedras

CO – Programa de Controlo Operacional

CO<sub>2</sub> – Dióxido de Carbono

COS – Carta de Ocupação dos Solos

CPC - Conselho de Prevenção da Corrupção

EMAAC – Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas

ERSAR – Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos

ETAR – Estação de Tratamento de Águas Residuais

FCTUNL - Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa

GAF – Gabinete de Apoio ao Funcionário

GEE – Gases com Efeito de Estufa

GRI – Global Reporting Initiative

ha – hectares

ICNB – Instituto de Conservação da Natureza e da Biodiversidade

ICNF – Instituto de Conservação da Natureza e Florestas

IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis

IMT – Imposto Municipal sobre a Transmissão Onerosa de Imóveis

ISO – International Organization for Standardization

ISPA – Instituto Superior de Psicologia Aplicada

IUC - Imposto Único de Circulação

IVA – Imposto sobre o Valor Acrescentado

JS – Juventude Socialista

JSD – Juventude Social Democrata

km – Quilómetros

kWh – quilowatt hora

kWp – quilowatt pico

LED – Light-emitting Diode

m – metro

MTV – Município de Torres Vedras

N<sub>2</sub>O – Óxido Nitroso

NUTS – Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos

ODS – Objetivos do Desenvolvimento Sustentável

PAESC - Plano de Ação para a Energia Sustentável e o Clima

PAMUS – Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável

PASE - Plano de Ação para a Sustentabilidade Energética

PCQA – Programa de Controlo da Qualidade da Água de Consumo Humano

PDM – Plano Diretor Municipal

POC-ACE – Programa da Orla Costeira de Alcobaça-Cabo Espichel

POOC – Plano de Ordenamento da Orla Costeira

PPD/PSD-CDS/PP – Coligação Partido Social Democrata e Partido Popular

PPLSSA - Paisagem Protegida Local das Serras do Socorro e Archeira

PREVPAP - Programa de Regularização Extraordinária de Vínculos Precários na Administração Pública

PS – Partido Socialista

RSU – Resíduos Sólidos Urbanos

SIC – Sítio de Importância Comunitária

SMASTV – Serviços Municipalizados de Águas e Saneamento de Torres Vedras

SMS – *Short Message Service*

SPV – Sociedade Ponto Verde

t – toneladas

UF- União de Freguesias

W – Watt

ZPE – Zona de Proteção Especial



# Mensagem do Presidente

102-14

O Relatório de Sustentabilidade da Câmara Municipal de Torres Vedras 2016-2019 reflete o trajeto percorrido pela autarquia na prossecução da aplicação da sustentabilidade em todas as suas esferas de atuação.

Nos próximos anos iremos reforçar os nossos esforços na implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas e no alcance dos seus objetivos e metas. O desafio passará também por liderar a sociedade na transição do modelo de economia linear para circular, promover a adaptação às alterações climáticas e reforçar a prevenção e gestão de riscos.

A melhoria do desempenho da atividade municipal nos indicadores de sustentabilidade referidos neste documento só é possível com o compromisso de todos os funcionários e a estreita articulação com as juntas de freguesia, associações locais e a comunidade torriense.

Este processo colaborativo e participativo é fundamental para tornar o concelho de Torres Vedras mais próspero, coeso e sustentável.



# Introdução

O MTV publicou, pela primeira vez, o Relatório de Sustentabilidade no ano de 2016, referente ao período de 2010 a 2015, conduzido pelas diretrizes da *Global Reporting Initiative* (GRI)<sup>1</sup> – G4, tornando-se, assim, uma referência no seu setor de atividade. Em 2020, o município publica novamente o Relatório de Sustentabilidade segundo as novas diretrizes da GRI – GRI Standard 2018, promovendo, desta forma, a transparência, o aperfeiçoamento das suas práticas e a adoção dos princípios da sustentabilidade nas suas práticas diárias. Este novo documento pretende divulgar e relatar o desempenho económico, social e ambiental do MTV do período de 2016 a 2019 (ainda que sejam encontradas referências ao ano de 2015), numa abordagem relacional repartida por três grandes áreas que avalia e reporta a sustentabilidade das opções estratégicas tomadas.

102-15; 102-16;  
102-46; 102-47;  
102-49; 102-50;  
102-51

A elaboração do Relatório de Sustentabilidade decorre da consciencialização da importância dos princípios de equilíbrio financeiro, de responsabilidade social e de qualidade ambiental, bem como da importância de transmitir de uma forma transparente, simples e apelativa, os resultados atingidos. A análise efetuada ao desempenho do MTV incluiu, dentro do possível, todos os serviços, edifícios e equipamentos geridos diretamente pela Câmara Municipal e são reportados tanto os aspetos que demonstram um bom desempenho, como aqueles onde existe um espaço de melhoria. Desta forma, este relatório permite:

- Tornar a informação disponível ao executivo, colaboradores e entidades externas;
- Aumentar a consciência sobre as questões abordadas no relatório;

---

<sup>1</sup> As diretrizes da GRI são identificadas ao longo do documento através do seu respetivo código, podendo igualmente ser consultadas na página 93 do presente documento.



- Analisar e monitorizar o desempenho interno nas áreas económica, social e ambiental;
- Elevar o potencial para melhorar a eficiência operacional das atividades camarárias;
- Identificar as áreas mais vulneráveis que deverão ser alvo de melhorias;
- Validar o compromisso do Município face aos valores sociais e ambientais.

O Relatório de Sustentabilidade assume-se, ainda, como um meio de comunicar, interna e externamente, a situação relativamente ao trabalho realizado e à sua evolução em cada uma das diferentes áreas, potenciando a existência de um diálogo constante com as partes interessadas e a procura de uma melhoria contínua nos serviços prestados pela Câmara Municipal. O relatório encontra-se assim estruturado em quatro grandes temas:

**Apresentação do Município** – com foco na estrutura organizacional do MTV, pretende retratar as ações e medidas do município relativamente à governança e envolvimento dos cidadãos.

**Desempenho Social** – reporta os temas relacionados com toda a gestão dos recursos humanos da autarquia, bem como com as condições de trabalho e benefícios dos trabalhadores.

**Desempenho Ambiental** – faz alusão a todos os indicadores ambientais do MTV, bem como os projetos e compromissos assumidos pela autarquia relativamente à melhoria da qualidade ambiental.

**Desempenho Económico** – analisa e avalia a eficiência e evolução da organização em matéria económica.

Para além do Relatório de Sustentabilidade, o MTV disponibiliza um conjunto de relatórios e planos que complementam a informação deste relatório, nomeadamente:

- Balanço Social;
- Documentos de Gestão, no qual se incluem o Controlo Orçamental e Relatório de Gestão;
- Plano de Ação para a Sustentabilidade Energética;
- Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas;
- Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano de Torres Vedras.

# Materialidade

102-33; 102-34;  
102-44

Em concordância com as diretrizes da GRI, a participação e envolvimento dos *stakeholders* é fundamental na definição das prioridades e percepções dos diversos agentes locais. Por conseguinte, a determinação da materialidade das temáticas de sustentabilidade é elementar para fundamentar e consolidar quais os vetores estratégicos de atuação, refletir quais as expectativas e opiniões dos vários *stakeholders*, assim como definir que informação é importante relatar – em função da atividade e da opinião dos *stakeholders*.

No âmbito do presente Relatório de Sustentabilidade, não se procedeu à identificação do público-alvo nem dos indicadores prioritários de análise do desempenho do MTV – em matéria de sustentabilidade –, tendo-se utilizado os resultados da matriz de materialidade apresentada no Relatório de Sustentabilidade anterior onde decorreu um forte consenso entre a opinião dos *stakeholders* e da população em geral com a opinião do MTV. No processo de seleção das prioridades e percepções do município, destacaram-se os indicadores: Qualidade de vida, Relaciona-

mento com a comunidade e transparência e Divulgação de resultados. À semelhança do apresentado no Relatório de Sustentabilidade anterior, os principais indicadores apresentados foram:

- Qualidade de vida;
- Relacionamento com a comunidade e transparência;
- Divulgação de resultados;
- Programas e apoios para produção sustentável;
- Energias renováveis;
- Oferta de serviços que promovam a sustentabilidade;
- Investimentos na área ambiental;
- Investimentos programados e realizados;
- Sistemas de efluentes e resíduos;
- Consumo de energia e água;
- Gestão de recursos hídricos.

Com base nos indicadores apresentados é, então, possível constatar que os munícipes priorizaram indicadores ambientais e de qualidade de vida – que serviram de base à elaboração do presente Relatório Sustentabilidade do MTV.



# Apresentação do Município

## Caracterização

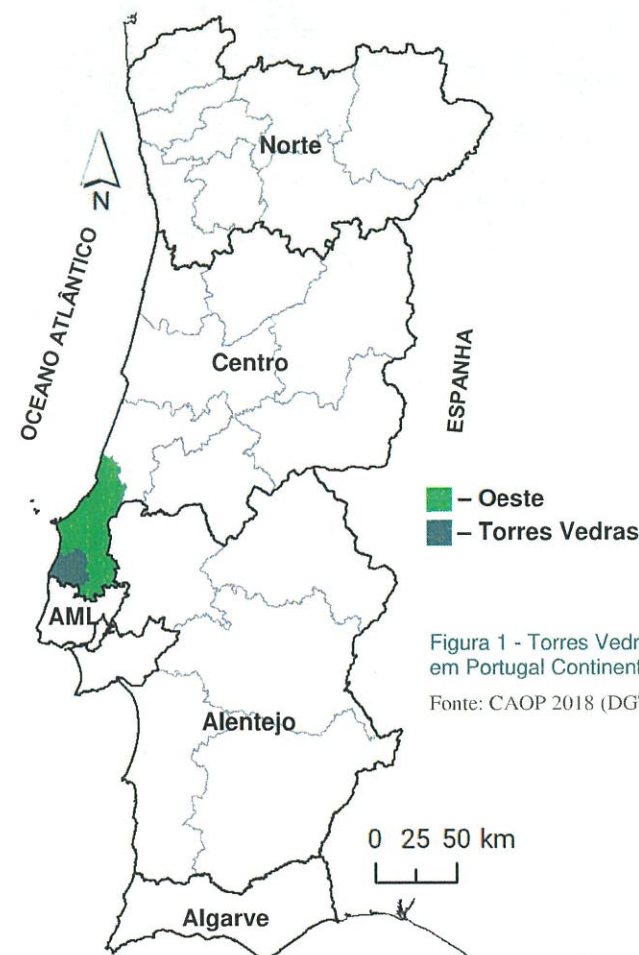
O Concelho de Torres Vedras é um território que administrativamente pertence ao Distrito de Lisboa, integra a NUTS II do Centro e a NUTS III do Oeste. Com uma área de 407,15 km<sup>2</sup>, segundo a CAOP 2018 (DGT, 2019), é limitado a norte pelo concelho da Lourinhã, a nordeste pelo Cadaval, a este por Alenquer, a sudeste por Sobral de Monte Agraço e a sul por Mafra, sendo banhado pelo Oceano Atlântico ao longo de uma linha de costa de 18,8 km.

O MTV subdivide-se administrativamente em 13 Freguesias ou Uniões de Freguesias (UF):

- Freiria
- Ponte do Rol
- Ramalhal
- São Pedro da Cadeira
- Silveira
- Turcifal
- Ventosa
- UF A dos Cunhados e Maceira
- UF Campelos e Outeiro da Cabeça
- UF Carvoeira e Carmões
- UF Dois Portos e Runa

- UF Maxial e Monte Redondo
- UF Torres Vedras e Matacães

A Figura 1 e a Figura 2 enquadram o município no território português e representam a divisão administrativa de Torres Vedras, respetivamente.





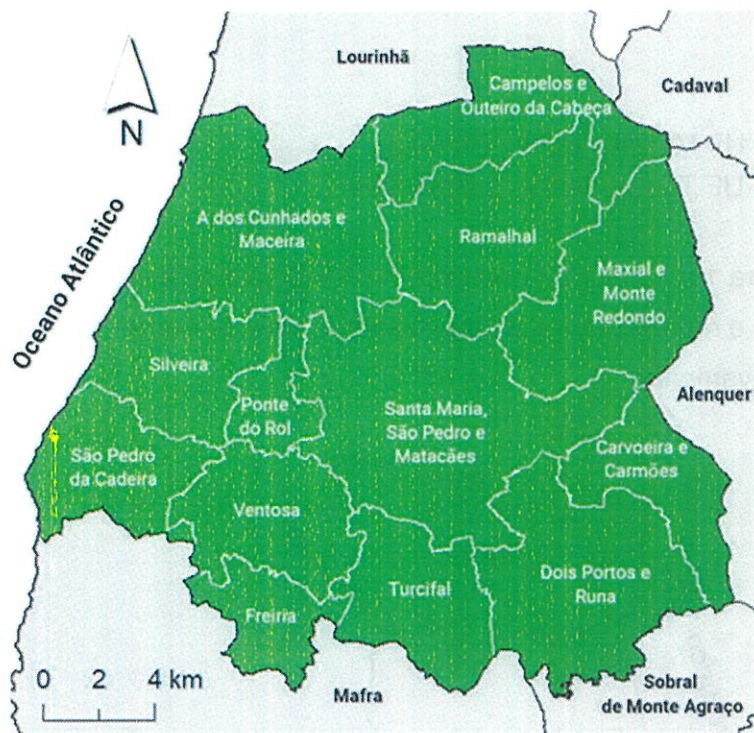


Figura 2 - Freguesias de Torres Vedras.

Fonte: CAOP 2018 (DGT, 2019)

Torres Vedras é um concelho com um território diverso, desde a sua parte mais interior até à sua linha costeira. O litoral possui uma elevada riqueza geomorfológica, onde se observam zonas com extensos areais e campos dunares, mas também zonas de arribas costeiras e plataformas rochosas, com pequenas praias encaixadas. Na parte superior destas arribas, encontram-se áreas agrícolas que, antigamente, complementavam a atividade pesqueira tradicional.

Na zona ocidental do concelho encontram-se zonas de vale, baixas e planas, entalhadas pelas duas maiores linhas de água, os rios Alcabrichel e Sizandro. Contrastando com o litoral, o interior é acidentado, destacando-se as Serras de São Julião, do Socorro e da Archeira.

O uso e a ocupação do solo no município representam um fator importante para o correto e eficaz planeamento e ordenamento do seu território (Figura 3).

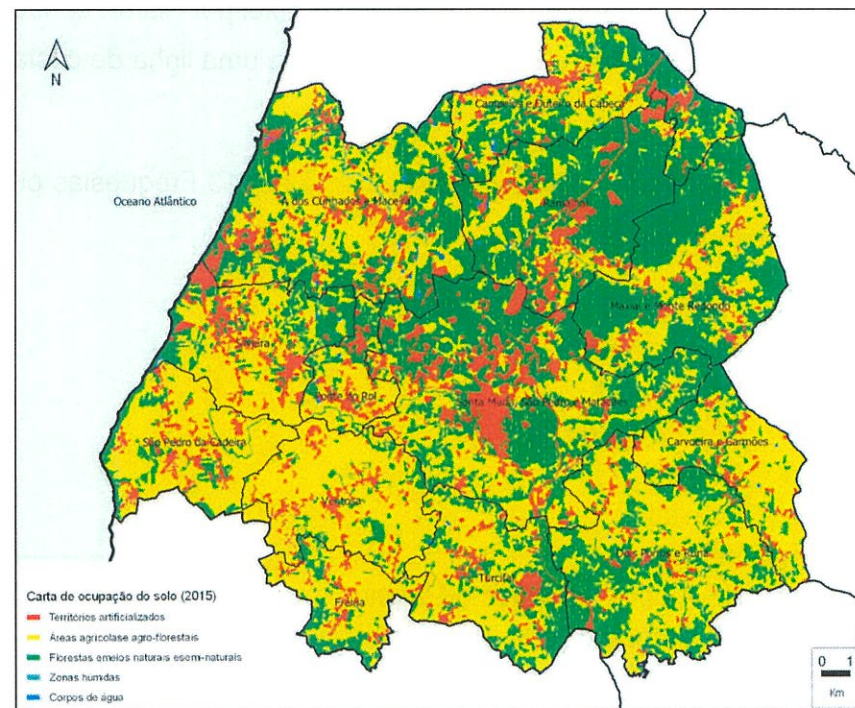


Figura 3 - Carta de Uso e Ocupação do Solo no Município de Torres Vedras

Fonte: COS 2015 (DGT, 2018)



Em termos de ocupação do solo, tendo por referência a Carta de Uso e Ocupação do Solo de 2015 (COS 2015), constata-se que o MTV é predominantemente rural, com as áreas agrícolas e agro-florestais (20 055,15ha) e as áreas florestais e meios naturais e semi-naturais (15 923,63 ha) a totalizarem uma ocupação de 35 978,78 ha, representando 88,37% da área total do município (Tabela 1).

Tabela 1 – Uso e Ocupação do Solo 2015 (COS2015), por freguesia

Freguesia	Ocupação do Solo (ha), 2015				
	Territórios artificiais	Áreas agrícolas e agro-florestais	Florestas e meios naturais e semi-naturais	Zonas húmidas	Corpos de água
A dos Cunhados e Maceira	622,66	2530,5	2073,84	16,06	29,24
Campelos e Outeiro da Cabeça	340,58	1217,22	1426,19	0,04	12,3
Carvoeira e Carmões	151,15	1478,22	464,89	0	2,47
Dois Portos e Runa	218,79	2539,83	1562,94	0	1,04
Freiria	122,95	934,79	285,54	0	0
Maxial e Monte Redondo	232,37	1272	2334,27	0	0
Ponte do Rol	176,27	538,33	247,91	0	4,77
Ramalhal	481,6	812,37	2382,93	0	6,62
Santa Maria, São Pedro e Matacães	1106,53	2065,11	3072,45	0	0
São Pedro da Cadeira	233,76	1804,4	345,82	0	1,21
Silveira	455,89	1321,8	710,45	0	8,68
Turcifal	246,97	1477,69	743,73	0	1,63
Ventosa	261,07	2062,89	272,67	0	1,48
<b>Município</b>	<b>4650,59</b>	<b>20055,15</b>	<b>15923,63</b>	<b>16,1</b>	<b>69,44</b>

A restante área é ocupada por territórios artificializados (4650,59 ha), zonas húmidas (16,1 ha) e corpos de água (69,44 ha), que representam, respetivamente, 11,4 %, 0,04% e 0,17% do território municipal.

Os territórios artificializados predominam nos setores centro, litoral norte e litoral centro do município, enquanto as áreas agrícolas e agro-florestais predominam nos setores interior sul, centro, centro sul e litoral norte e sul do município, tendo uma maior ocupação do solo nas freguesias de Dois Portos e Runa (2 539,83ha), A dos Cunhados e Maceira (2 530,50ha), Santa Maria, São Pedro e Matacães (2 065,11ha), e Ventosa (2062,89ha).

As áreas florestais e meios naturais e semi-naturais predominam no centro norte, interior centro, centro e litoral norte do município, tendo uma maior ocupação do solo nas freguesias de Santa Maria, São Pedro e Matacães (3 072,45), Ramalhal (2 382,93ha) e Maxial e Monte Redondo (2 334,27 ha).

## População

O MTV possuía em 2019, de acordo com as previsões do Instituto Nacional de Estatística, uma população de 78 530 habitantes correspondente a um valor inferior aos Censos 2011. A diminuição da população é, aliás, uma tendência a nível nacional, que se tem verificado na maioria dos municípios do país, embora com algumas exceções (Figura 4).

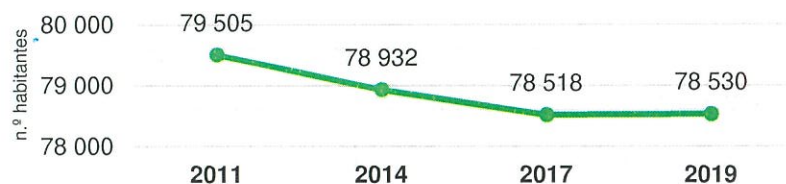


Figura 4 - Evolução da população residente no município.

Fonte: INE

Ainda assim, a densidade populacional (Figura 5) mantém-se superior à média nacional – que se regista nos 111,5 hab./km<sup>2</sup> – e mesmo superior à média da região Oeste, sendo apenas ultrapassado por Arruda dos Vinhos, Peniche, Caldas da Rainha e Sobral de Monte Agraço.



Figura 5 - Evolução da densidade populacional do município.

Fonte: INE

Relativamente à população residente, a população em idade ativa tem-se mantido estável nos últimos anos (Figura 6). No entanto, a percentagem de população idosa tem vindo a aumentar, ao contrário do que acontece com a população jovem com menos de 15 anos, que tem vindo a diminuir, registando-se nos 13,7%.

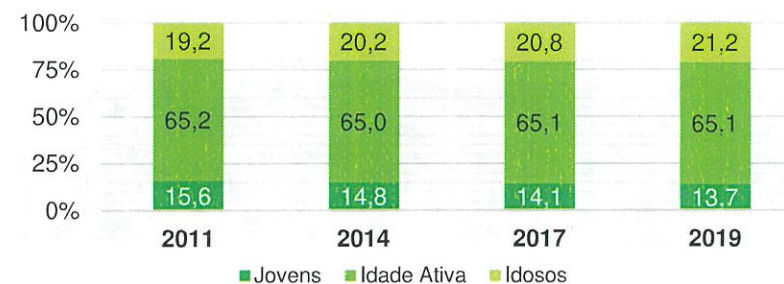


Figura 6 - Evolução da população, por faixa etária, no município.

Fonte: INE

Estes resultados traduzem-se num crescimento do índice de envelhecimento nos últimos anos, situando-se nos 154,7 em 2019 (Figura 7).

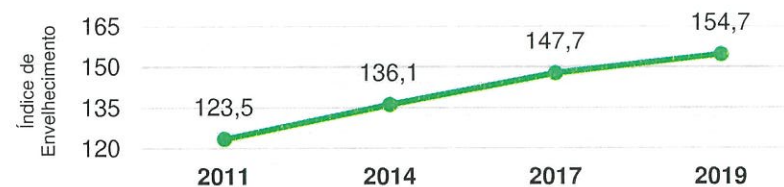


Figura 7 - Evolução do índice do envelhecimento do município.

Fonte: INE



Relativamente ao número de nascimentos (Figura 8), os valores não são lineares, tendo ocorrido flutuações nos números entre 2011 e 2017, com uma descida acentuada entre 2011 e 2014, e posteriormente uma relativa estabilização entre 2017 e 2019.

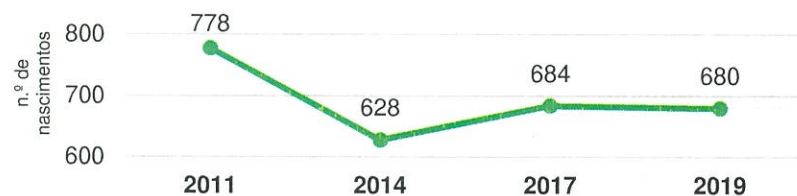


Figura 8 - Evolução do número de nascimentos no município.

Fonte: INE

O número de habitantes estrangeiros residentes em Torres Vedras diminuiu até 2017 quando se verificou uma inflexão dos valores para um período de crescimento (Figura 9).

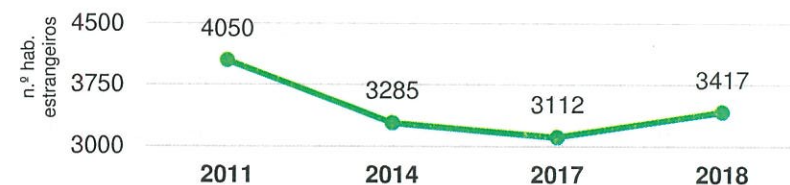


Figura 9 - Evolução da população estrangeira do município.

Fonte: INE

## Gestão e Governança

### Câmara Municipal

A Câmara Municipal de Torres Vedras é o órgão de poder local responsável pela gestão e pelo ordenamento deste vasto território, colaborando ativamente com as Juntas de Freguesias, que possuem competências de gestão mais local e de proximidade.

O executivo é composto pelo Presidente e oito Vereadores, onde um deles assume o cargo de Vice-Presidente. É nas Eleições Autárquicas, de quatro em quatro anos, que se elege o executivo, tendo sido as últimas no ano de 2017, cujos resultados se apresentam na Tabela 2.

Tabela 2 - Resultados das Eleições Legislativas de 2017 para a Câmara Municipal.

Partido	%	Eleitos
Partido Socialista (PS)	51,06	6
Coligação PPD/PSD-CDS/PP	31,31	3
Coligação Democrática Unitária (CDU)	6,74	0
Movimento de Cidadãos Torres nas Linhas	3,17	0
Bloco de Esquerda (BE)	3,16	0
Em Branco	2,69	-
Nulos	1,85	-
<b>Taxa de Afluência</b>	<b>53,87%</b>	

Fonte: SGMAL, 2017

Conforme se depreende dos resultados apresentados na tabela anterior, o partido mais votado (PS) elegeu seis elementos para o executivo, o Presidente de Câmara e cinco Vereadores, enquanto que o segundo partido mais votado elegeu três Vereadores. O executivo e os respetivos Pelouros apresentam-se na Figura 10.

102-19; 102-20

Durante 2019, o MTV avançou com o processo de transferência de competências para as autarquias locais, concretizando o reforço da autonomia local através da descentralização de competências da Administração direta e indireta do Estado para as autarquias locais e para as suas estruturas associativas, mas também através da redistribuição de competências entre a Administração autárquica.

### Assembleia Municipal

102-22; 102-24

A Assembleia Municipal de Torres Vedras é o órgão deliberativo do Município constituído por 27 membros eleitos distribuídos pelos grupos municipais e pelos 13 presidentes das Junta de Freguesia do município (11 PS, 2 PPD/PSD-CDS/PP), perfazendo um total de 40 deputados municipais. A eleição dos Deputados Municipais também é feita nas Eleições Autárquicas, onde a Tabela 3 apresenta os resultados de 2017.



Tabela 3 - Resultados das Eleições Legislativas de 2017 para a Assembleia Municipal.

Partido	%	Eleitos
Partido Socialista (PS)	47,84	14
Coligação PPD/PSD-CDS/PP	31,32	9
Coligação Democrática Unitária (CDU)	7,38	2
Bloco de Esquerda (BE)	4,11	1
Movimento de Cidadãos Torres nas Linhas	4,00	1
Em Branco	2,98	-
Nulos	1,92	-
<b>Taxa de Afluência</b>	<b>53,87%</b>	

Fonte: SGMAL, 2017

Para além da deliberação sobre propostas que a Câmara Municipal apresente para aprovação, são competências da Assembleia Municipal fiscalizar a atividade da Câmara Municipal e dos seus serviços e empresas municipais ou de outras entidades da administração local.



**Carlos Manuel  
Antunes Bernardes**

Presidente (PS)

- Coordenação Geral dos Serviços Municipais
- Ambiente e Sustentabilidade
- Proteção Civil
- Jurídico e Contencioso
- Comunicação
- Empreendedorismo
- Marca Torres Vedras



**Laura Maria  
Jesus Rodrigues**

Vice-Presidente/Vereadora (PS)

- Atividade Física
- Educação
- Finanças
- Contratação Pública
- Património



**Ana Brígida Anacleto  
Meireles Clímaco Umbelino**

Vereadora (PS)

- Desenvolvimento Social
- Cultura
- Património Cultural
- Turismo



**Bruno Miguel  
Félix Ferreira**

Vereador (PS)

- Gestão Urbanística
- Planeamento Estratégico e Territorial
- Fiscalização Municipal



**Cláudia Sofia  
Horta Ferreira**

Vereadora (PS)

- Administração Municipal e Modernização Administrativa
- Recursos Humanos
- Qualidade
- Participação e Cidadania
- Tecnologias da Informação e Comunicação



**Hugo Geraldo Fernandes  
Pereira da Silva Lucas**

Vereador (PS)

- Infraestruturas e Obras Municipais
- Gestão de Áreas Urbanas
- Transportes e Trânsito
- Mobilidade



**Luís Filipe  
Barbosa Aniceto**

Vereador (PPD/PSD-CDS/PP)

- Sem pelouro



**Marco Henriques  
Claudino**

Vereador (PPD/PSD-CDS/PP)

- Sem pelouro



**Maria João  
Pinho Ribeiro**

Vereadora (PPD/PSD-CDS/PP)

- Sem pelouro

Figura 10 - Composição do Executivo da Câmara Municipal de Torres Vedras.

102-22; 102-23



## Organização da Câmara Municipal

A Figura 11 apresenta o organograma do MTV. No topo, o Presidente possui dois gabinetes de apoio, Gabinete de Apoio ao Presidente e Comandante Operacional Municipal, sendo que os Vereadores possuem também o Gabinete de Apoio aos Vereadores. Dependente do Executivo, o Departamento de Estratégia subdivide-se numa divisão e em duas unidades: Divisão de Planeamento Estratégico e Territorial (DPET), Unidade Jurídica e de Fiscalização (UJF) e Unidade de Inovação e Comunicação (UIC). Diretamente dependentes dos Vereadores, a CMTV possui 12 divisões, subdivididos em várias áreas e secções. De seguida, enumeram-se as subdivisões de todas as Unidades e Divisões da CMTV:

102-18; 102-26;  
102-32

### Divisão de Planeamento Estratégico e Territorial (DPET)

- Área de Planeamento (APLAN);
- Área de Sistemas de Informação Geográfica (ASIG);
- Área de Regeneração Urbana (ARURB);
- Área de Projeto (APRO);
- Área de Valorização Urbana e Mobilidade (AVUM).

### Unidade Jurídica e de Fiscalização (UJF)

- Área Jurídica (AJ);
- Área de Fiscalização Municipal (AFM).

### Unidade de Inovação e Comunicação (UIC)

- Área de Empreendedorismo (AE);
- Área de Tecnologias de Informação e Comunicação (ATIC);

- Área de Comunicação (ACOM);
- Área da Qualidade (AQ);
- Área de Produção de Eventos (APE);
- Área de Gestão de Marca (AGM).

### Divisão Financeira (DF)

- Secção de Contabilidade (SC);
- Tesouraria (TES).

### Divisão de Contratação Pública e Património (DCPP)

- Secção de Contratação Pública (SCP);
- Secção de Património (SP);
- Área de Inventariação (AI).

### Divisão de Recursos Humanos (DRH)

- Secção de Recursos Humanos (SRH);
- Área de Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho (ASHST);
- Área de Gestão de Recursos Humanos (AGRH).

### Divisão Administrativa (DA)

- Secção de Gestão de Expediente (SGE);
- Secção de Apoio aos Órgãos Municipais (SAOM);
  - Núcleo de Apoio à Assembleia Municipal (NAAM);
- Área de Metrologia (AMET);
- Secção de Atendimento Único (SAU);
- Área de Arquivo Municipal (AM);
- Secção de Gestão da Loja do Cidadão (SGLC).

### Divisão de Educação e Atividade Física (DEAF)

- Secção Administrativa de Educação e Atividade Física (SAEAF);

- Área de Atividade Física (AAF);
- Área de Transportes Escolares (ATE);
- Área de Intervenção Socioeducativa (AIS);
- Área de Alimentação e Refeitórios (AAR);
- Área de Gestão de Equipamentos Educativos (AGE).

#### Divisão de Cultura, Património Cultural e Turismo (DCPCT)

- Secção de Apoio à Cultura (SAC);
- Área de Galerias (AG);
- Área de Museus (AMUS);
- Área de Teatro-Cine (ATEC);
- Área de Cultura (ACUL);
- Área de Bibliotecas (ABIB);
- Área de Turismo (ATUR).

#### Divisão de Desenvolvimento Social (DDS)

- Área de Governança, Saúde e Intervenção Social (AG-SIS);
- Área Sénior (AS);
- Área da Juventude (AJUV);
- Área de Habitação (AHAB).

#### Divisão de Ambiente e Sustentabilidade (DAS)

- Área de Ambiente e Biodiversidade (AAB);
- Área do Litoral (AL);
- Área da Educação Ambiental (AEA);
- Serviço Municipal de Proteção Civil (SMPC);
  - Gabinete Técnico Florestal (GTF).

#### Divisão de Infraestruturas e Obras Municipais (DIOM)

- Área de Construção e Manutenção de Vias Municipais (ACMVM);
- Área de Construção e Manutenção de Equipamentos Municipais (ACMEM);

- Área de Gestão de Energia (AGEN);
- Secção de Gestão de Stocks e Armazém (SGSA).

#### Divisão de Gestão de Áreas Urbanas (DGAU)

- Área de Limpeza Urbana (ALU);
- Área de Sistemas para Gestão Urbana (ASGU);
- Área de Gestão de Resíduos Urbanos (AGRU);
- Área Agroflorestal e de Espaços Verdes (AAFEV);
- Área de Mercados e Feiras (AMF);
- Médico Veterinário Municipal (MVM)

#### Divisão de Transportes e Trânsito (DTT)

- Área de Gestão e Manutenção de Frota (AGMF);
- Área de Oficinas (AO);
- Área de Trânsito e Segurança Rodoviária (ATSR).



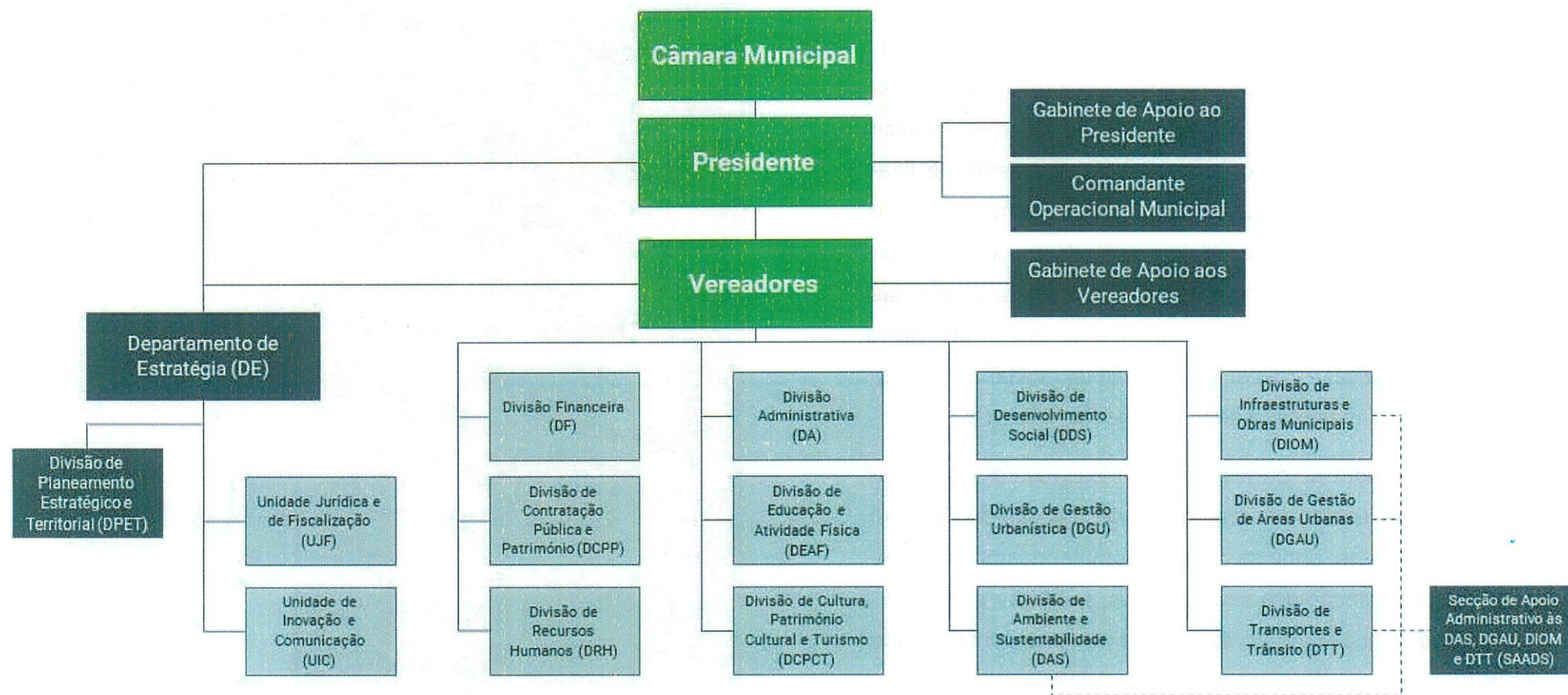


Figura 11 - Organograma da Câmara Municipal de Torres Vedras.

Fonte: CMTV



## Partes Interessadas

O MTV reconhece a importância e o envolvimento de todos os seus *stakeholders*, como elemento fundamental e prioritário para o desenvolvimento das suas atividades e para o sucesso da organização. De facto, numa organização que presta serviços essenciais à população e que se depara com importantes desafios ambientais, sociais e económicos, o estabelecimento de ligações com partes interessadas é crucial, pelos contributos significativos que as mesmas trazem na missão do município. Desta forma, o envolvimento dos *stakeholders* é considerado uma das principais ações subjacentes à sustentabilidade do município, permitindo identificar as questões prioritárias, moldar as respostas e continuar a melhorar o desempenho da autarquia.

Nessa relação com as partes interessadas (Figura 12), a Câmara Municipal orienta as suas atividades de acordo com um conjunto de valores, onde se destacam a integridade e a transparência na prestação dos seus serviços, a direção para o serviço público, a qualidade do seu trabalho e a responsabilidade social na prestação do serviço público, a competência e seriedade nas decisões que toma, a prática da legalidade e a eficiência na gestão e proteção do ambiente.

102-40;  
102-42



Figura 12 - Partes interessadas da Câmara Municipal de Torres Vedras



## Meios de Comunicação

O MTV procura gerir o envolvimento dos *stakeholders* de forma a melhorar progressivamente as suas atividades, respondendo às suas preocupações e expectativas. Para esse efeito, a autarquia utiliza um conjunto diferenciado de meios de comunicação, diretos e indiretos, sendo o Relatório de Sustentabilidade um dos principais documentos de materialização desta política de transparência. Incluem-se nesses canais de comunicação:

- Relatório de Sustentabilidade;
- Página Web e Redes Sociais do Município;
- Gabinetes de Apoio ao Município;
- Linha de Atendimento;
- Reuniões/Grupos de Trabalho;
- Comunicações Internas;
- Apoio em Estudos e Projetos;
- Balanço Social;
- Relatórios de Contas;
- Orçamento Municipal;
- Ações de Educação Ambiental;
- Iniciativas de envolvimento da Comunidade;
- Consultas/Sessões de Participação Públicas;
- *Press releases* e análise dos media.

102-43

## Auscultação dos *Stakeholders*

102-21

O MTV tem vindo a promover o envolvimento dos *stakeholders* nas suas atividades, tendo em vista a identificação das principais temáticas, expectativas e preocupações em matéria de sustentabilidade consideradas como prioridades futuras, bem como a conceção de uma estratégia de envolvimento com os mesmos. Como tal, a autarquia desenvolveu uma auscultação aos seus *stakeholders* em 2016 através de um inquérito online de forma a desenvolver e integrar uma visão detalhada da sustentabilidade no plano estratégico de longo prazo, de forma a criar um valor duradouro, construir confiança e reforçar as relações com todos os seus parceiros.

Este trabalho terá continuidade na sequência da avaliação da integração da Agenda 2030 no MTV, sendo o envolvimento e auscultação dos *stakeholders* fundamental para aferir o contributo da gestão pública para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

## Participação na Governança

102-21

### Missão e Visão

O MTV tem como missão promover o desenvolvimento sustentável do concelho e a melhoria da qualidade de vida dos seus munícipes.

O trabalho diário dos vários elementos organizacionais e humanos do município, bem como todas as decisões operacionais e políticas do Executivo e da Assembleia são em prol desta missão e tentam responder às preocupações e necessidade de todos os munícipes. Todos eles são também orientados por uma visão comum:

*Ser um município de referência nacional, de excelência na gestão pública, no sentido de tornar o concelho preparado para ganhar os desafios da competitividade, da inovação e da modernidade no quadro de um desenvolvimento sustentável.*

Caminhar no sentido desta visão só será possível através de um esforço conjunto da comunidade local, seja de forma coletiva, através de associações ou grupos cívicos, ou de forma individual. Neste âmbito, a participação pública no MTV é fomentada e estimulada de diversas maneiras.

### Participação Pública

As reuniões ordinárias do Executivo da Câmara Municipal realizam-se quinzenalmente, às terças-feiras, pelas 9h30, na sala de reuniões do edifício municipal, sito na Av. 5 de Outubro em Torres Vedras. A última reunião de cada mês é pública, iniciando-se o período de intervenção do público às 9h30, o qual se destina a ouvir e a prestar esclarecimentos que forem solicitados, de acordo com o artº 8º do Regimento da Câmara Municipal de Torres Vedras. O local das reuniões públicas é variável, sendo divulgado mensalmente no sítio da internet do MTV.

A Assembleia Municipal reúne em Sessões Públicas ordinárias e extraordinárias, as quais podem comportar uma ou mais reuniões, tal como disposto no artigo 46º, Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. Todas as sessões da Assembleia Municipal de Torres Vedras são públicas e preveem oportunidade para a participação pública, segundo o artº 38.º do Regimento da Assembleia Municipal de Torres Vedras – Mandato 2017-2021 (Figura 13). Por norma, a Assembleia Municipal reúne em cinco (5) sessões ordinárias anuais e as sessões extraordinárias decorrem por iniciativa do Presidente da Assembleia, da Mesa da Assembleia ou por requerimento do Presidente da Câmara, de um terço dos deputados municipais ou de um número de cidadãos eleitores inscritos no recenseamento eleitoral do município equivalente a 5% do número de cidadãos eleitores, até ao limite máximo de 2 500.





Figura 13 - Sessão da Assembleia Municipal de Torres Vedras.

Fonte: TorresVedrasWeb.com

Deve salientar-se, ainda, que o MTV disponibiliza toda a informação sobre as matérias de interesse para os munícipes de forma a assegurar a consulta e participação pública. As sugestões e informações relativas a cada assunto poderão ser apresentadas por escrito, no Balcão de Atendimento do Edifício Multisserviços da Câmara Municipal, sito na Avenida 5 de Outubro, em Torres Vedras, por correio, por correio eletrónico para o endereço geral@cm-tvedras.pt, ou através do sítio da internet da Câmara Municipal.

Em complemento, o presidente da Câmara Municipal de Torres Vedras também realiza regularmente atendimentos ao munícipe nas várias freguesias do concelho, mediante marcação prévia efetuada pelos interessados.

## Associativismo

O associativismo pode ser considerado como uma forma de participação dos cidadãos, agrupados, na sua comunidade. O MTV tem identificadas 287 associações no seu concelho, desenvolvendo parcerias com muitas delas e prestando apoio, nos termos do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios. Existem diversos tipos de associações, podendo ser, por exemplo, culturais, desportivas, humanitárias e de solidariedade social, científicas, políticas, de moradores de bairros ou aldeias, juvenis, etnográficas ou ambientais.

De forma a promover o relacionamento entre associações, estabelecer parcerias, fomentar a participação cívica, mostrar a importância do associativismo e descentralizar as atividades pelo município, o MTV promove anualmente um encontro das Associações de Torres Vedras (Figura 14). Esta iniciativa que teve a sua 1.ª edição em 2016 tem como principal objetivo dar a conhecer o trabalho desenvolvido pelas associações, fomentando a participação e a descentralização cultural.



Figura 14 - Logotipo da 3.ª edição do Fórum das Associações de Torres Vedras (2019).

Fonte: Website do MTV.



## Orçamento Participativo de Torres Vedras

Em linha com o trabalho de envolvimento das comunidades na melhoria da sua qualidade de vida, o MTV continua a reforçar a participação dos cidadãos, fomentando uma sociedade civil forte e ativa na senda de um contínuo desenvolvimento e bem-estar sustentável no concelho.

Foi com esse objetivo que em 2015 foi criado o Orçamento Participativo, iniciativa em que os munícipes de Torres Vedras propõem, discutem e elegem projetos que a autarquia concretizará em forte relação com as comunidades locais.

Neste processo, que se quer de aprendizagem conjunta, pretende-se contribuir para uma intervenção informada e responsável da população nos processos governativos locais, assim como garantir uma efetiva correspondência entre as verdadeiras necessidades e as naturais aspirações da população.

Neste contexto, o orçamento participativo tem os seguintes objetivos:

- Promover a participação informada, ativa e construtiva dos munícipes nos processos de governança local;
- Aproximar os munícipes dos órgãos de decisão, aumentando a transparência da atividade governativa;
- Fomentar uma sociedade dinâmica e coesa;
- Conhecer e responder às reais necessidades e aspirações da população;

- Contribuir para reforçar processos de sustentabilidade local pré-existentes e concretizar projetos considerados prioritários pela comunidade.

Os projetos propostos pelos munícipes devem estar alinhados com a estratégia de desenvolvimento sustentável e de melhoria da qualidade de vida que tem vindo a ser seguida em Torres Vedras, sendo classificados em várias áreas temáticas de intervenção.

O MTV promoveu a 4.<sup>a</sup> edição do Orçamento Participativo de Torres Vedras em 2019 (Figura 15), onde foi atribuído um valor mínimo de 300 000,00 € para financiar os projetos que os cidadãos elegerem como prioritários de acordo com duas tipologias:

- Projeto para a Freguesia – com um montante máximo global de 150 000€, cada projeto proposto não pode exceder o valor máximo de 11 500€ (c/IVA incluído), sendo que o montante máximo atribuído a cada freguesia é também de 11 500€.
- Projeto Supra Freguesia – cada projeto proposto não pode exceder o valor máximo de 50 000€ (c/IVA incluído) e tem de abranger três ou mais freguesias, estando previsto um montante máximo global de 150 000€.

O MTV compromete-se a cabimentar os projetos selecionados pelos cidadãos nas opções do plano e proposta de orçamento para o ano em curso e eventualmente seguintes, se aplicável.





Figura 15 - Logotipo da 4.ª edição do Orçamento Participativo de Torres Vedras (2019).

Fonte: Website da CMTV.

A recolha de propostas para a tipologia de “Projeto para a Freguesia” foi efetuada em sessões de participação presenciais que decorreram em todas as freguesias com o objetivo de promover a apresentação de propostas e favorecer a definição coletiva das prioridades através de um debate entre os participantes, consensualizando e elegendo as propostas que têm condições para prosseguir para a fase da análise técnica (Figura 16).

Já a sessão participativa online que decorreu durante 24 horas no website do MTV visou recolher as propostas que se inseriram no âmbito do “Projeto Supra Freguesia”.

Após terem sido eleitas as propostas das sessões participativas presenciais e recolhidas as propostas da sessão online, os serviços municipais procedem à respetiva análise técnica. As propostas que reúnam as condições de elegibilidade são posteriormente colocadas a votação.

O sistema de votação dos projetos finalistas garante que todos os cidadãos residentes no concelho de Torres Vedras possam votar. Para este efeito, a votação é efetuada com recurso à página da internet do MTV, havendo disponibilização de apoio a essa mesma votação do MTV, nas juntas de freguesia ou por SMS (short message service).

Os projetos submetidos a votação são objeto de um máximo de quatro votos por agregado familiar para cada uma das tipologias. Os projetos vencedores são os que obtenham mais votos.



Figura 16 - 2.ª Sessão Participativa do Orçamento Participativo de Torres Vedras 2019 (Freguesia de Ponte do Rol).

Fonte: Website do MTV

Na edição de 2019 do Orçamento Participativo foram financiados 13 projetos na tipologia “Projeto para a Freguesia” e 3 projetos na tipologia “Projeto Supra Freguesia”.



## Participação Pública Jovem

Em 2010, o MTV lançou o “Estudo de Caracterização da Juventude do Concelho” que, conforme o nome indica, procurou recolher informação sobre os jovens torrienses através de questionários e de entrevistas coletivas (focus groups), resultando num diagnóstico da Juventude e do seu envolvimento ativo em várias matérias cívicas.

No âmbito da caracterização dos jovens do concelho de Torres Vedras, entre os 15 e 29 anos, relativamente a várias dimensões do seu quotidiano, concluiu-se os participantes no estudo revelam níveis reduzidos de participação e interesse na vida política local. No entanto, os jovens inquiridos sugeriram “o aumento de políticas, projetos e iniciativas dirigidas aos jovens, assim como, sessões de informação e esclarecimento sobre política”. Importa, também, referir que não foram identificados padrões sobre as preocupações ambientais ou de sustentabilidade.

No final de 2018, o MTV iniciou um conjunto de Sessões Participativas para jovens (Figura 17), com o objetivo de fazer a atualização da caracterização dos jovens do concelho de Torres Vedras.



Figura 17 - Uma das sessões participativas para jovens (2019).

Fonte: Website da MTV

Estas sessões decorreram de forma descentralizada nas várias freguesias do município e procuraram recolher contributos em vários domínios:

- Cidadania e participação cívica;
- Mobilidade juvenil e interculturalidade;
- Tempos livres e cultura;
- Desporto;
- Saúde e natalidade;
- Ambiente e desenvolvimento sustentável;
- Transportes;
- Integração social;
- Habitação;
- Educação/formação;
- Emprego/profissão/empreendedorismo;
- Combate à pobreza, igualdade, inclusão e migrações.



## Órgãos Municipais da Juventude

A Comissão Municipal de Juventude de Torres Vedras funcionou como órgão de carácter consultivo entre 1997 e 2015, tendo desenvolvido ações de promoção social, cultural e de ocupação de tempos livres, em parceria com o MTV, que contribuíram para a realização pessoal dos jovens torrienses.

Em 2015 instalou-se o Conselho Municipal de Juventude de Torres Vedras (CMJTV) que é regulamentado pela Lei n.º 6/2012, de 10 de fevereiro. O CMJTV é o órgão consultivo do MTV em matérias de juventude, pretendendo-se que represente os jovens de Torres Vedras, constituindo-se como palco de partilha de informação, conhecimentos e preocupações e, desta forma, estimulando o seu contributo no desenvolvimento do concelho.

De acordo com o seu Regulamento, tem como fim:

- Colaborar na definição e execução das políticas municipais de juventude, assegurando a sua articulação e coordenação com outras políticas setoriais;
- Assegurar a audição e representação das entidades públicas e privadas que, no âmbito municipal, prosseguem atribuições relativas à juventude;
- Contribuir para o aprofundamento do conhecimento dos indicadores económicos, sociais e culturais relativos à juventude;

- Promover a discussão das matérias relativas às aspirações e necessidades da população jovem residente no município de Torres Vedras;
- Promover a divulgação de trabalhos de investigação relativos à juventude;
- Promover iniciativas sobre a juventude a nível local;
- Colaborar com os órgãos do município no exercício das competências destes relacionados com a juventude;
- Incentivar e apoiar a atividade associativa juvenil, assegurando a sua representação junto dos órgãos autárquicos, bem como junto de outras entidades públicas e privadas, nacionais ou estrangeiras;
- Promover a colaboração entre associações juvenis no seu âmbito de atuação.

A Comissão Permanente é o núcleo responsável pela gestão e dinamização do CMJTV, composto por um presidente e quatro elementos eleitos no plenário do CMJTV, cuja duração é coincidente com os mandatos autárquicos. Presentemente, é constituída por representantes da Juventude Socialista (JS) que preside, da Juventude Social Democrata (JSD), da Associação de Escoteiros de Portugal – Grupo 129 Torres Vedras, do Agrupamento de Escolas Madeira Torres e do Académico de Torres Vedras.

## Desempenho Social

102-29;  
102-31

A sustentabilidade corporativa tem ganho, nos últimos anos, grande destaque, tornando-se um tópico importante no desenvolvimento das atividades de cada organização (Baumgartner, 2014; Ruiz-Frutos, Pinos-Mora, Ortega-Moreno, & Gómez-Salgado, 2019). No entanto, o desenvolvimento sustentável ainda é uma questão complexa e as oportunidades, os riscos e as obrigações relacionadas com a sustentabilidade terão que ser identificadas, de forma a abordar os aspetos ambientais, sociais e económicos (Baumgartner, 2014).

O desempenho social, ou comumente designado por responsabilidade social, de qualquer organização é, talvez, a componente cuja avaliação apresenta maiores desafios. Este é, essencialmente, um conceito segundo o qual as organizações decidem, numa base voluntária, contribuir para uma sociedade mais justa, manifestando-se em relação aos trabalhadores e, mais genericamente, em relação a todas as partes interessadas afetadas pela organização e que, por seu turno, podem influenciar os seus resultados (Comissão Europeia, 2001).

Para a Câmara Municipal de Torres Vedras, as questões sociais em-geral são objeto de especial atenção e o seu desempenho

social está diretamente relacionado com um conjunto de práticas que envolvem diversos *stakeholders* do município, onde se destacam medidas que visam um maior compromisso para com os funcionários, os fornecedores e para com a comunidade envolvente. Desta forma, os indicadores do desempenho social avaliados encontram-se agrupados pelas categorias: Recursos Humanos; Saúde e Segurança; Formação e Educação; Ética e Benefícios Sociais.

### Recursos Humanos

102-8

A Câmara Municipal, numa ótica de transparência de informação e de responsabilidade social, elabora anualmente o seu Balanço Social, um documento executado para retratar a gestão dos seus Recursos Humanos referentes ao ano em questão. Este documento encontra-se disponível na página *web* do município. No âmbito do recrutamento a Câmara Municipal de Torres Vedras rege-se pela Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, sendo a contratação de funcionários feita imparcialmente, através de procedimentos concursais que não apresentam qualquer discriminação relativamente a idade, género e/ou outras questões de foro pessoal.



No que respeita ao número de trabalhadores da autarquia, apesar de entre 2015 e 2017 o número de contratações ter-se mantido constante, entre 2017 e 2018 o número de novos funcionários subiu exponencialmente, registando-se em 148 só nesse ano. Este aumento ocorreu devido à integração de 62 trabalhadores no quadro da autarquia, no âmbito do Programa de Regularização Extraordinária de Vínculos Precários na Administração Pública (PREVPAP). No entanto, apesar do aumento das contratações, entre 2017 e 2018 houve também um maior número de saídas, das quais não existem informações do motivo (Tabela 4). Em 2019 o número de admissões retornou a valores próximos dos registados anteriormente. Ainda assim, neste período, o saldo registado entre entradas e saídas é positivo (+67 trabalhadores), o que demonstra o compromisso da Câmara Municipal em aumentar o número de trabalhadores, resultando na melhoria da qualidade dos seus serviços à população torriense.

Tabela 4 - Número de admissões e saídas de funcionários do MTV

	2015	2016	2017	2018	2019
Admissões	39	32	31	148	24
Saídas	51	31	26	75	24
<b>Saldo</b>	<b>-12</b>	<b>1</b>	<b>5</b>	<b>73</b>	<b>0</b>

Fonte: Balanço Social MTV

Devido à dimensão da autarquia, verifica-se que existe uma grande diversidade na distribuição dos funcionários por escalões etários, predominando a faixa etária entre 40 e 59 anos, como se observa na Tabela 5.

Tabela 5 - Escalões etários dos funcionários do MTV

Faixa Etárias	2015	2016	2017	2018	2019
20-29	16	10	8	18	16
30-39	134	131	105	116	98
40-49	211	209	219	241	253
50-59	203	200	213	232	233
+ 60	63	78	88	99	115
<b>Total</b>	<b>627</b>	<b>628</b>	<b>633</b>	<b>706</b>	<b>715</b>

Fonte: Balanço Social MTV

Do ponto de vista do género dos trabalhadores, houve um aumento progressivo do número de trabalhadores do género feminino, com uma maior expressão em 2018 e 2019. No que respeita aos trabalhadores do género masculino, os valores mantiveram-se mais ou menos constantes e, tal como para o feminino, também aumentou de forma mais significativo o número de trabalhadores masculinos em 2018 e 2019 (Tabela 6).

Tabela 6 - Número de Trabalhadores do MTV por Género

405-1

Género	2015	2016	2017	2018	2019
Masculino	290	286	289	319	322
Feminino	337	342	344	387	393
<b>Total</b>	<b>627</b>	<b>628</b>	<b>633</b>	<b>706</b>	<b>715</b>

Fonte: Balanço Social MTV

Ainda que o número de trabalhadores do sexo feminino tenha aumentado nos últimos anos e que a diferença entre trabalhadores do sexo masculino e do sexo feminino também se tenha acentuado, do ponto de vista percentual não ocorreram grandes alterações. Em 2015 a percentagem entre homens e mulheres centrava-se entre 46% homens e 54% mulheres, em 2019 essa percentagem alterou-se para 45% homens e 55% mulheres. Estes valores mostram o compromisso que a autarquia possui relativamente à igualdade de género no quadro dos seus recursos humanos, tendo uma vontade crescente de aumentar a igualdade de género em todos os setores do município.

Para além da igualdade de género, a integração de pessoas com deficiência no quadro de trabalhadores da autarquia é igualmente importante. Consciente da necessidade de integrar as pessoas com necessidades especiais na sociedade, o município

duplicou a contratação de trabalhadores com deficiência entre 2017 e 2018, atingindo em 2019 um total de 58 trabalhadores com deficiência, o que comprova a preocupação da autarquia nesta matéria (Figura 18).

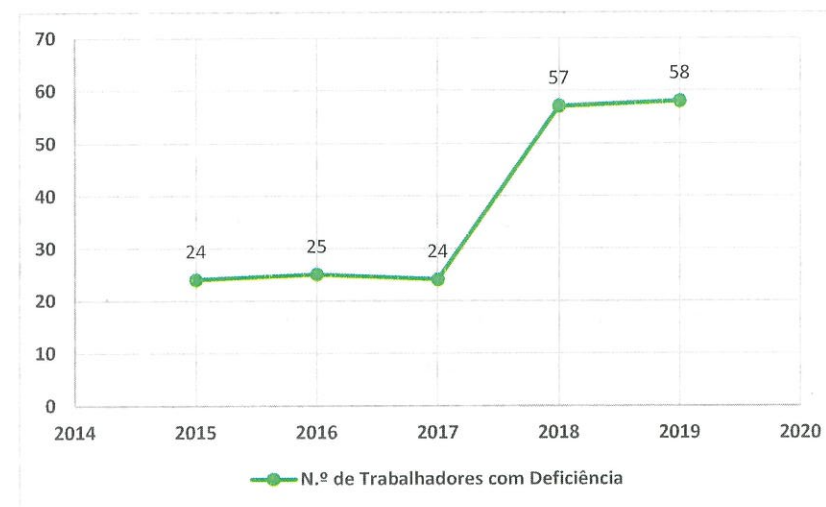


Figura 18 - Número de trabalhadores com deficiência contratados pela autarquia

Fonte: Balanço Social MTV

Sendo a discriminação de pessoas com necessidades especiais uma realidade, o MTV disponibiliza ainda um Balcão da Inclusão disponível a todos os cidadãos com deficiências ou incapacidade e respetivas famílias, incluindo os seus funcionários. Este serviço, prestado pela Divisão de Desenvolvimento Social, pretende



prestar informação sobre os direitos, benefícios e recursos existentes, proceder ao seu correto encaminhamento e desenvolver uma função de mediação junto dos serviços públicos e entidades privadas, que poderão responder de forma mais eficaz às suas questões.

### Saúde e Segurança

A saúde e segurança dos trabalhadores é uma temática muito importante para o MTV. Controlar os riscos associados ao local de trabalho e assegurar as condições de trabalho necessárias à prevenção e salvaguarda da saúde e segurança dos funcionários é uma prioridade do município. Por esse motivo, desde 2007, a autarquia possui uma equipa que zela pelos trabalhadores da Câmara Municipal, promovendo a segurança e saúde nos locais de trabalho, assegurando a integridade física e psíquica dos trabalhadores, bem como prevenindo os riscos de forma a reduzir os acidentes de trabalho e doenças profissionais.

De entre as várias atividades desenvolvidas por esta equipa, destacam-se a realização de ações de formação e sensibilização sobre saúde e segurança no trabalho. Entre 2015 e 2019 foram realizadas 12 ações de formação e sensibilização relacionadas

403-1; 403-5;  
403-6; 403-7;  
403-9

com esta temática, abrangendo um total de 329 trabalhadores (Tabela 7).

Tabela 7 - Ações de formação sobre saúde e segurança no trabalho realizadas e funcionários abrangidos

	2015	2016	2017	2018	2019
Ações de formação	2	6	3	0	1
Funcionários abrangidos	27	113	177	0	12

Fonte: Balanço Social MTV

Apesar da preocupação da autarquia relativamente a esta temática, no ano de 2018, nenhuma ação foi realizada nesta matéria, o que pode estar relacionado com o aumento do número de acidentes registado entre 2017 e 2018 e, consequentemente, número de dias de trabalho perdidos devido a acidentes de trabalho (Tabela 8).

Tabela 8 – Dias perdidos devido a acidentes no local de trabalho

	2015	2016	2017	2018	2019
Nº total de acidentes	41	54	33	52	45
Nº acidentes com baixa	41	50	27	42	45
Nº de dias de trabalho perdidos por acidentes ocorridos no ano	831	1086	598	1326	907
Nº de dias de trabalho perdidos por acidentes ocorridos em anos diferentes	961	0	42	30	314

Fonte: Balanço Social MTV

No entanto, houve um aumento considerável dos custos com a estrutura de medicina e segurança no trabalho e outros custos com a prevenção de acidentes e doenças profissionais no ano de 2019 (Tabela 9).

Tabela 9 - Encargos com prevenção de acidentes e doenças profissionais (em euros)

	2015	2016	2017	2018	2019
Encargos de estrutura de medicina e segurança no trabalho	60 908,0	60 908,0	45 609,9	15 232,0	166 680,8
Equipamentos de proteção	7 620,8	0,0	56 909,6	833,1	18 103,5
Formação em prevenção de riscos	0,0	0,0	0,0	0,0	369,0
Outros custos com a prevenção de acidentes e doenças profissionais	7 230,0	10 551,4	9 581,7	22 264,0	35 956,0
<b>Total</b>	<b>75 758,8</b>	<b>71 459,4</b>	<b>112 101,2</b>	<b>38 329,1</b>	<b>221 109,3</b>

Fonte: Balanço Social MTV

Relativamente à medicina no trabalho, verifica-se que existe uma diferença significativa entre os exames realizados por parte dos funcionários em 2015, comparativamente aos restantes anos, como se constata na Tabela 10. Ainda assim, as despesas com a medicina no trabalho foram superiores em 2016.

Tabela 10 - Exames realizados pelos funcionários do MTV

	2015	2016	2017	2018	2019
Exames de admissão	0	0	0	0	0
Exames periódicos	598	66	15	0	237
Exames ocasionais e complementares	1025	79	18	0	26
Exames de cessação de funções	0	0	0	0	0
Despesas com medicina no trabalho (€)	25745	35332,9	9870	0	24542,2
Visitas aos postos de trabalho	3	25	98	12	12

Fonte: Balanço Social MTV

Uma das apostas estratégicas em 2019, ao nível da gestão de recursos humanos da Câmara Municipal, tem sido ao nível da saúde dos/das trabalhadores/as. Nesse sentido, no ano de 2019, foram implementadas ações de ginástica laboral, fisioterapia laboral e serviços de medicina e enfermagem no trabalho. Para abranger o maior número de pessoas possível, estas ações englobam o Edifícios Multisserviços, os Refeitórios e o Centro Operacional Municipal. Estas ações consistem em atividades que ocupam 15 minutos do tempo de cada um/a e permitem contribuir para a melhoria geral da saúde dos funcionários ao proporcionar exercícios de alongamento e relaxamento para aliviar o stress muscular e prevenir doenças ocupacionais, sobretudo



para quem passa longos períodos de tempo na mesma postura e/ou repete sistematicamente os mesmos movimentos.

Para além de todas as atividades desenvolvidas pelo município para zelar pela segurança e saúde dos trabalhadores, todos os funcionários estão cobertos pela ADSE, o órgão público da Administração do Estado português que administra os benefícios na componente da assistência sanitária dos funcionários e aposentados do Estado em Portugal, como saúde e acidentes de trabalho, por exemplo (Figura 19).

403-8



Figura 19 - Logótipo do Instituto Público de Gestão Participada

A vigilância da saúde e segurança dos trabalhadores deve ser efetuada de forma contínua e em função das exigências do trabalho e dos fatores de risco profissional a que um dado trabalhador se encontra exposto, devendo ter sempre em consideração a repercussão destes fatores na saúde do trabalhador. Por esse motivo, proteger a saúde dos seus trabalhadores é de extrema importância para o MTV, pois só assim é possível aumentar a

sua qualidade de vida, o que se traduz numa melhoria de prestação de serviços por parte da autarquia a todos os cidadãos.

## Formação e Educação

A formação e educação dos trabalhadores do MTV é, para o município, um veículo de excelência na valorização do capital humano, sendo considerada uma mais-valia diferenciadora na execução eficaz do trabalho dos funcionários. A realização de ações de formação, independentemente da temática, é um investimento com retorno, assumindo um papel determinante no alavancar de futuras oportunidades de carreira dos trabalhadores.

Por esses motivos, a autarquia desenvolve anualmente um conjunto de ações de formação de diversas temáticas, dando a oportunidade aos colaboradores de adquirirem ferramentas, conhecimentos e competências úteis à execução de um trabalho de excelência. Para além disso, as ações de formação são importantes para as instituições e para os colaboradores, pois é uma forma de terem acesso a informação mais atualizada e adaptada às suas necessidades.

As formações desenvolvidas pelo município enquadram-se em duas tipologias: formações internas e externas. No primeiro

grupo, incluem-se todas as concebidas e promovidas pela autarquia, e no segundo grupo as formações desenvolvidas por outras entidades, públicas ou privadas.

No que respeita às ações de formação internas (Tabela 11), houve uma subida gradual do número de ações realizadas entre 2015 e 2018, o que se traduziu num aumento considerável dos participantes nas respetivas ações. Ainda assim, relativamente às horas despendidas para formação, no ano de 2017 houve um pico de horas ao longo das 4 ações, o que significa que estas ações de formação poderão ter sido de longa duração e especializadas. Uma vez que se trata de formações internas, não houve quaisquer custos associados para o município, pois no orçamento anual do mesmo, a realização destas formações já estava contemplada.

Tabela 11 - Ações de formação internas realizadas no MTV

	2015	2016	2017	2018	2019
Nº formações internas	2	3	4	7	7
Horas despendidas	18	208	842	205	154
Participantes abrangidos	6	106	101	333	77
Despesas formações internas (€)	0	0	0	0	0

Fonte: Balanço Social MTV

No que concerne às formações externas, ocorreu uma oscilação do número de formações oferecidas e do número horas despendidas, sendo que no ano de 2019 estes parâmetros atingiram os valores mais elevados. Refira-se que ocorreu um crescimento gradual das horas despendidas ao longo dos anos. Os custos totais com as formações externas atingiram o seu valor máximo em 2017, como se pode observar na Tabela 12.

Tabela 12 - Ações de formação externas realizadas no MTV

404-1

	2015	2016	2017	2018	2019
Nº formações externas	92	129	106	134	159
Horas despendidas	2989,9	4827,9	5131	6128,8	9005,5
Participantes abrangidos	293	462	404	670	445
Despesas formações externas (€)	19 798,5	26 507,9	41 686,9	21 200,0	30 666,5

Fonte: Balanço Social MTV

A aposta em formação e educação apresentam diversos benefícios evidentes tanto para as instituições como para os seus colaboradores e constitui um elemento fundamental para o MTV.



A oferta de formação a todos os trabalhadores da Câmara Municipal é extremamente importante, uma vez que todos os funcionários estão sujeitos à análise e gestão do seu desempenho e desenvolvimento de carreiras, através do Sistema Integrado de Gestão e Avaliação do Desempenho na Administração Pública. Este sistema é aplicável ao desempenho dos serviços públicos, dos respetivos dirigentes e demais trabalhadores e tem uma vocação de aplicação universal à administração central, regional e autárquica, prevendo, no entanto, mecanismos de flexibilidade e adaptação muito amplos de modo a enquadrar as especificidades das várias administrações, dos serviços públicos, das carreiras e das áreas funcionais do seu pessoal e das exigências de gestão.

O sistema assenta numa conceção de gestão dos serviços públicos centrada em objetivos e os resultados devem ser medidos mediante indicadores previamente fixados que permitam, entre outros, a transparência e imparcialidade e a prevenção da discricionariedade, assumindo os trabalhadores um papel central nos resultados obtidos em relação aos objetivos previamente fixados.

## Ética e Benefícios Sociais

A ética no ambiente de trabalho tem uma importância crucial para o bom funcionamento das atividades de qualquer instituição e pode ser entendida como o conjunto de atitudes e valores positivos aplicados no ambiente corporativo. A ética profissional favorece as relações de trabalho entre os colaboradores e favorece a criação de um ambiente de trabalho harmonioso, respeitoso e agradável, bem como o aumento do índice de confiança entre os funcionários.

Para o MTV, a ética profissional é imprescindível e deverá ser tratada como tal. Desta forma, a autarquia monitoriza todas as situações de incumprimento das regras profissionais que poderão ter, ou não, consequências para os trabalhadores e para o bom ambiente profissional. Algumas dessas componentes incluem a assiduidade e os casos de indisciplina que ocorreram, no período entre 2015 e 2019.

Relativamente à assiduidade dos trabalhadores (Tabela 13), são as faltas por conta do período de férias que mais causam ausências no trabalho, sendo aproximadamente constante em todos os anos do período considerado, à exceção do ano de 2019, que atingiu um pico devido ao aumento do número de trabalhadores.

401-3

A doença é também um dos motivos que mais causa ausências, sendo importante, neste caso, garantir sempre que possível o bem-estar dos colaboradores, de forma a evitar este tipo de faltas.

Tabela 13 - Assiduidade dos trabalhadores do MTV (nº de dias de ausência ao trabalho)

	2015	2016	2017	2018	2019
Casamento	30	45	3	111	35
Proteção de Parentalidade	3236	2733	2485	3672	2793
Falecimento de Familiar	204	158	185	203	198
Doença	7948	7698	8676	10549	10863
Acidente de Trabalho	1561	1358	652	1416	1173
Assistência a familiares	614	586	517	567	721
Trabalhador-estudante	49	9	5	7	25
Por conta do período de Férias	14454,5	14270	14577,5	15387	17810
Perda de Vencimento	0	0	0	0	0
Cumprimento de Pena Disciplinar	0	0	0	0	0
Greve	94	35	96	131	183
Injustificadas	79	3,5	1	1	3
Outro	2416,5	3385	3305,5	3549,5	3587,5
<b>Total (dias)</b>	<b>30686</b>	<b>30280,5</b>	<b>30503</b>	<b>35593,5</b>	<b>37391,5</b>

Fonte: Balanço Social MTV

Uma vez que em 2018 e 2019 houve um aumento de contratações de funcionários, o número de dias de ausências ao trabalho aumentou igualmente. Ainda assim, é importante referir que apenas uma pequena percentagem das faltas é injustificada, apresentando as restantes justificações válidas que não põem em causa a ética profissional dos trabalhadores do município.

No que se refere aos casos de indisciplina entre os funcionários (Tabela 14), não existem ocorrências significativas de comportamentos inadequados no local de trabalho, registando-se uma média de cerca de 2 processos instaurados por ano. Embora não muito expressivos, o MTV encontra-se determinado a evitar o número de episódios de indisciplina por parte dos trabalhadores tendo como objetivo a não existência de quaisquer casos nos próximos anos.



Tabela 14 - Número de processos de indisciplina por parte dos trabalhadores

406-1

	2015	2016	2017	2018	2019
Processos transitados do ano anterior	5	1	0	0	1
Processos instaurados durante o ano	4	1	2	2	2
Processos transitados para o ano seguinte	5	0	0	1	0
Processos arquivados	0	0	1	0	3
Processos com repreensão escrita	1	1	0	0	0
Processos com multa	2	0	0	0	0
Processos com suspensão	0	1	1	1	0
Despedimento por facto imputável ao funcionário	1	0	0	0	0
Cessação da comissão de serviço	0	0	0	0	0

Fonte: Balanço Social MTV

Uma vez que o bem-estar dos trabalhadores é importante para aumentar a produtividade dos mesmos e garantir o bom funcionamento das atividades da organização, o MTV garante uma série de benefícios sociais para o seus funcionários e respetivas famílias (Tabela 15). Para além dos benefícios relacionados com a saúde – já referidos anteriormente – incluem-se todos os benefícios que, de alguma forma, contribuem para a estabilidade familiar dos funcionários.

Embora o número de trabalhadores na autarquia tenha aumentado, contribuindo para um aumento do total das prestações sociais, houve uma redução das prestações relativas ao abono de família e subsídios no âmbito da proteção da parentalidade no ano de 2019, comparativamente aos anos anteriores. Por sua vez, os subsídios de refeição e outras prestações sociais alcançaram os maiores valores em 2019.

Tabela 15 - Benefícios sociais dos funcionários do MTV (em euros)

401-2

	2015	2016	2017	2018	2019
Abono de Família	60923,0	62967,6	60436,8	54535,7	48729,8
Subsídios no âmbito da proteção da parentalidade	18664,8	18560,8	29151,3	21293,4	10976,5
Subsídio de educação especial	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Subsídio mensal vitalício	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Subsídio de refeição	607145,4	597360,2	627627,3	712552,7	755744,5
Subsídio de funeral	213,9	0,0	429,9	0,0	0,0
Subsídio de morte	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Benefícios sociais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Outras prestações sociais	118464,9	122574,9	124304,5	115452,6	137915,0
<b>Total</b>	<b>805412,0</b>	<b>801463,4</b>	<b>841949,8</b>	<b>903834,3</b>	<b>953365,7</b>

Fonte: Balanço Social MTV

Muitos dos benefícios sociais são garantidos de forma obrigatória a todos os funcionários públicos do país. No entanto, o MTV ainda oferece outros serviços de apoio aos trabalhadores no qual se incluem o Gabinete de Apoio ao Funcionário (GAF) e o Atendimento RH+.

O GAF surge em execução das medidas definidas para a promoção da conciliação entre a vida profissional e a vida pessoal e familiar de todos os trabalhadores da autarquia, em colaboração com os serviços de saúde no trabalho. Este é um serviço especializado, de rápido e fácil acesso, disponibilizado pela autarquia, a que os trabalhadores podem recorrer sempre que necessário, com vista à resolução/acompanhamento de situações de vulnerabilidade socioeconómica, familiar e/ou profissional.

Este serviço, criado em 2013, tem como principais objetivos: prevenir/reduzir os fenómenos de maior vulnerabilidade (escassez de recursos, situações de conflito, desmotivação, etc.); promover o esclarecimento e o encaminhamento dos trabalhadores para serviços e entidades competentes, existentes na comunidade; apoiar na resolução de conflitos desencadeados nas diversas áreas laborais; disponibilizar serviços especializados de

apoio social, psicológico e de mediação aos trabalhadores encaminhados; realizar avaliações psicológicas e diagnósticos, sempre que necessário; produzir estudos relevantes para o município, em matéria de recursos humanos; promover iniciativas/ações, internas ou em parceria com outras entidades, com vista a fomentar a promoção de estratégias de comunicação eficazes entre trabalhadores.

O GAF presta serviços em diversas áreas, nas quais se destacam: Apoio Social; Apoio Psicológico; Mediação; Centro de Estudos; e Outras Atividades.

O MTV criou também, em 2016, o Atendimento RH+, na Divisão de Recursos Humanos, destinado a todos os trabalhadores da autarquia. A missão é promover um atendimento personalizado focado nos funcionários e tem como objetivo criar uma relação mais forte entre os funcionários e facultar informações claras sobre os seus direitos e deveres enquanto trabalhadores do município. A equipa de atendimento reúne-se semanalmente para abordar os atendimentos ocorridos que mereçam uma análise mais aprofundada e cuidada ou antecipar alguma situação que se considere importante.



## Desempenho Ambiental

102-29;  
102-31

O desempenho ambiental de uma organização é, talvez, a componente com maior foco em matéria de sustentabilidade. O desempenho ambiental corresponde, deste modo, a um conjunto de indicadores que permitem aferir os impactos ambientais das atividades de qualquer organização, analisando o seu nível de eficiência em relação aos aspetos ambientais mais relevantes. Na avaliação do desempenho ambiental são normalmente tidos em conta o consumo de matérias primas, a produção de resíduos, os consumos de energia e água e, ainda, as emissões de gases com efeito estufa e efluentes.

A gestão do ambiente na Câmara Municipal de Torres Vedras é um dos pilares da sustentabilidade mais importantes para o município, que desenvolve recorrentemente programas ambientais que visam a conservação de recursos e a minimização da produção de resíduos, apostando continuamente em políticas que promovam a economia circular. O MTV tem, assim, como missão, zelar pela prática das disposições legais em matéria de ambiente, promover o desenvolvimento sustentável do município e a melhoria da qualidade de vida dos seus munícipes. As suas atividades e processos operacionais procuram, assim, minimizar

os efeitos adversos no ambiente e na sociedade e, para isso, o município procura sensibilizar e formar as suas equipas de trabalho, com o objetivo de lhes proporcionar ferramentas e conhecimentos sobre as mais variadas questões ambientais.

Desta forma, o desempenho ambiental do presente relatório encontra-se organizado de acordo com um conjunto de indicadores de diferentes temáticas, nomeadamente: materiais consumíveis; energia e clima; água; resíduos; ar e ruído; educação; mobilidade; e território.

### Materiais Consumíveis

O consumo interno de materiais corresponde à quantidade total de materiais utilizada diretamente por uma determinada organização, e constitui um indicador de intensidade de utilização de recursos naturais que permite avaliar a eficiência na sua utilização. Os principais objetivos e metas do ponto de vista ambiental que se pretendem atingir no que diz respeito a este indicador estão relacionados com a melhoria da eficiência na utilização dos recursos e fomentar a definição de políticas de produção e consumo economicamente e ambientalmente mais sustentáveis,

sobretudo no contexto de uma transição para a economia circular.

No desenvolvimento das atividades do MTV importa destacar os consumíveis que dizem respeito ao material de escritório. A redução do consumo destes materiais é um compromisso importante para garantir a sustentabilidade no funcionamento das atividades e processos operacionais do município. Desta forma, tem ocorrido, ao longo dos últimos anos uma aposta na desmaterialização e digitalização dos documentos no município, não só fruto do avanço tecnológico ocorrido a nível global, mas também dos compromissos ambientais assumidos pela autarquia.

Uma vez que o consumo de materiais representa uma preocupação para o município, a autarquia tem vindo a introduzir critérios ambientais nos seus processos de contratação pública, apostando cada vez mais numa política de compras sustentáveis. Desta forma, desde 2017, Torres Vedras faz parte da rede "Procura+ - European Sustainable Procurement Network", uma rede de autoridades públicas europeias e regiões com o propósito trocar experiências e agir com base em compras sustentáveis e com inovação (Figura 20). A integração nesta rede vem reforçar o compromisso da autarquia nesta temática que, desde

2003, tem vindo a desenvolver diversos projetos na área do *Green Procurement*, tais como o *GreenMed* e o *Projeto SPP Building*, ambos financiados no âmbito de programas LIFE da Comissão Europeia.



Figura 20 - Logótipo da rede PROCURA+

Neste âmbito, dinamizou-se o projeto "Compras Circulares Torres Vedras", que contemplou ações de formação sobre um modelo de produção e consumo com critérios de circularidade e vi-  
sou preparar os técnicos, dirigentes e membros do executivo municipal para a integração da política de compras circulares nas restantes estratégias municipais.

Em 2018, o MTV aderiu ao ACR+, a Associação das Cidades e Regiões para a Gestão Sustentável de Recursos que é uma rede internacional de membros que partilham o objetivo comum



da promoção do consumo sustentável de recursos e gestão de resíduos, através da prevenção na origem, reutilização e reciclagem.

De igual forma, o MTV é uma das entidades signatárias do Pacto Institucional para a Valorização da Economia Circular na Região Centro e encontra-se envolvido no projeto piloto “Centro Green Deal em Compras Públicas - Centro GD” no âmbito da Agenda Regional de Economia Circular do Centro.

Para além disso, o MTV, enquanto entidade pública ambiental e socialmente responsável, consciente do seu dever de promoção e desenvolvimento de políticas sustentáveis, desenvolveu um Código de Conduta para Fornecedores. Este documento tem o objetivo de envolver e integrar ambas as partes num quadro de respeito pelos direitos e dignidade da pessoa humana e pelo ambiente, designadamente, pelos princípios da Declaração Universal dos Direitos Humanos, pelas Convenções da Organização Internacional do Trabalho e pela Legislação Nacional e Comunitária em vigor. Desta forma, espera-se que todos os seus fornecedores partilhem os princípios expressos no Código, podendo ainda o mesmo constituir um componente da seleção e avaliação de fornecedores.

## Energia e Clima

O setor energético é um sistema complexo que envolve diversas instituições e agentes e que está em constante mudança para se adaptar aos desafios globais. A energia, assim, é um dos pilares do desenvolvimento económico, não só para os cidadãos, mas também para as empresas, sendo de igual modo um dos pilares mais importantes no que concerne ao ambiente a nível nacional e mundial.

Na verdade, as relações existentes entre o ambiente e o setor energético são particularmente relevantes. A produção e o consumo de energia são responsáveis, direta e indiretamente, por alguns dos principais impactes negativos da atividade humana sobre o ambiente, nomeadamente pela emissão para a atmosfera de gases com efeito de estufa (GEE). Para além disso, advêm do setor energético efeitos relacionados com as alterações climáticas que constituem, atualmente, uma das maiores ameaças à humanidade.

No que respeita ao MTV, a energia consumida no desenvolvimento das suas atividades pode ser dividida em duas categorias: a energia direta e indireta. A energia direta corresponde a toda a energia que é consumida dentro dos edifícios municipais que,

302-1



no caso de Torres Vedras, é totalmente elétrica. A energia indireta corresponde a toda a energia que é consumida em atividades alheias aos edifícios municipais, nomeadamente a iluminação pública e a frota do município. A iluminação pública depende de energia elétrica, enquanto a frota municipal é composta, maioritariamente, por veículos a gasóleo e gasolina. No entanto, a Câmara Municipal de Torres Vedras tem vindo a integrar, de forma faseada, veículos elétricos na frota municipal. Os consumos faturados relativos à energia direta nos edifícios municipais, em euros, encontra-se na Tabela 16, bem como os consumos faturados relativos à iluminação pública.

Tabela 16 - Consumos de energia faturados nos edifícios municipais do MTV e iluminação pública

	2015	2016	2017	2018
<b>Edifícios (€) Municipais</b>	496 517,43	732 979,89	517 507,49	763 541,63
<b>Iluminação Pública (€)</b>	1 969 044,14	1 966 894,85	2 177 904,43	2 585 227,21

Fonte: MTV

De acordo com os dados apresentados, o consumo de energia faturado no conjunto dos edifícios municipais da autarquia tem sofrido oscilações, tendo registado um mínimo no ano de 2015 e um máximo em 2018. No entanto, estes valores podem ser justificados devido às temperaturas baixas que se fizeram sentir no

Inverno de 2016 e 2018, que fizeram disparar os consumos de eletricidade nos meses de inverno para aquecimento do edifício, e melhoria do conforto térmico. Para além disso, durante este período foram instaladas duas cortinas de ar quente bem como radiadores em cada um dos postos de trabalho de atendimento, sendo a sua utilização da responsabilidade dos trabalhadores.

Relativamente à iluminação pública, ainda que tenha ocorrido uma diminuição dos consumos faturados em 2016, face ao ano anterior, no geral, os consumos faturados aumentaram, tendo, em 2018, aumentado mais de 30%, comparativamente a 2015. Esta situação justifica-se pelo facto de ter ocorrido um aumento do número de aparelhos de iluminação pública instalados e um aumento dos custos kWh. No entanto, a curto-médio prazo é expectável que se registe uma tendência de redução dos consumos faturados em consonância com a diminuição de custos kWh e em consequência da política municipal de instalação de equipamentos com tecnologia LED com menor consumo.

Os consumos relativos à energia indireta, nomeadamente a frota do município, entre os anos 2015 e 2018 encontram-se na Tabela 17.

302-1



Tabela 17 – Consumos de energia indireta do MTV

Ano	Combustível	Consumo de Combustível (m3)	Despesas (€)
2015	Gasolina	20,842	29 064,20
	Gasóleo	531,066	601 541,39
2016	Gasolina	21,298	29 601,36
	Gasóleo	537,319	592 829,20
2017	Gasolina	21,272	30 925,80
	Gasóleo	501,408	601 080,58
2018	Gasolina	23,940	32 596,32
	Gasóleo	513,867	596 624,61
2019	Gasolina	22,980	35 250,85
	Gasóleo	526,488	699 517,97

Fonte: MTV

Observando os resultados apresentados, verificam-se esforços do MTV no que diz respeito à redução do consumo de combustíveis fósseis na sua frota. O consumo de gasolina tem-se mantido relativamente estável entre 2015 e 2019, enquanto o consumo de gásóleo teve uma ligeira redução entre os anos de 2015 e 2017 e posteriormente voltou a aumentar (Figura 21).

No que diz respeito aos custos, os valores oscilam nos vários anos devido à variação do preço dos combustíveis que não é constante ao longo do tempo e que é inerente aos serviços da autarquia. Por outro lado, importa referir que no período em análise a despesa com o consumo de combustível atingiu o valor mais elevado em 2019.



Figura 21 - Variação dos consumos de combustíveis fósseis da autarquia

De forma a otimizar os consumos energéticos do município e a promover a eficiência energética e o desenvolvimento do município assente numa política de sustentabilidade, a autarquia de-

envolveu um programa de instalação de Sistemas de Microgeração de energia em 15 estabelecimentos de Ensino e no Mercado Municipal de Santa Cruz, entre 2010 e 2012/2013. Desta forma, estes estabelecimentos podem produzir a sua própria energia através de equipamentos de pequena escala, nomeadamente painéis solares. Estes sistemas permitem gerar energia que pode ser aproveitada para o aquecimento das águas sanitárias ou para a produção de energia elétrica que poderá ser, posteriormente, vendida à rede de distribuição. As instituições conseguem, desta forma, produzir parte da energia que consomem ficando menos suscetíveis a falhas de energia, garantem poupança no consumo energético e contribuem ativamente para a redução de emissões associadas à utilização de combustíveis fósseis. Dessas 15 unidades, 13 são unidades de produção elétrica fotovoltaica do tipo microgeração com a potência unitária de 3,45 kWp, e duas unidades de mini-geração fotovoltaica com a potência unitária de 10 kWp, que, anualmente produzem cerca de 53 000 kWh de energia. Posteriormente, de forma a aumentar a produção elétrica através de energias limpas, o município procedeu à instalação adicional de 40 kWp de potência fotovoltaica. Para apostar na instalação de painéis fotovoltaicos, o Município compromete-se a reduzir os consumos de energia elétrica de

302-4;  
305-5

forma a reduzir não só as emissões relacionadas com o consumo de eletricidade, mas também os custos derivados desse consumo. Desta forma, a autarquia instalou cerca de 250 relógios astronómicos em postos de transformação com o objetivo de reduzir o consumo de eletricidade em iluminação pública em cerca de 10%, o que representa mais de 150 t CO<sub>2</sub>/ano. Foram ainda retiradas cerca de 272 lâmpadas de 58 W no Mercado Municipal e no Edifício Multisserviços da Câmara Municipal de Torres Vedras de forma reduzir a fatura de eletricidade e as emissões de CO<sub>2</sub> anuais. Adicionalmente, entre 2015 e 2018, foram ainda instalados/substituídos mais de 1900 aparelhos de iluminação pública convencionais (lâmpadas incandescentes, de tecnologia de sódio e de vapor de mercúrio), por lâmpadas LED, permitindo uma redução anual dos consumos de energia. Nos edifícios municipais foram igualmente substituídas, no decorrer deste período, mais de 2000 lâmpadas convencionais por lâmpadas LED, mais eficientes e económicas.

O MTV aderiu, em dezembro de 2010, ao Pacto de Autarcas que é uma iniciativa da Comissão Europeia criada para que as autoridades locais e os seus cidadãos assumam a liderança na luta contra o aquecimento global. Todos os municípios signatários do Pacto assumem um compromisso voluntário e unilateral de ir



além dos objetivos da União Europeia em termos de redução das emissões de CO<sub>2</sub>. Os signatários do Pacto têm que reduzir as suas emissões de CO<sub>2</sub> em mais de 20%, até 2020, através da eficiência energética e ações de energias renováveis. Para atingir este objetivo, o MTV desenvolveu um Plano de Ação para a Sustentabilidade Energética (PASE) que foi publicado em 2013. No PASE identificam-se 61 iniciativas que visam potenciar o desenvolvimento do concelho na área da eficiência energética, das energias renováveis e dos transportes e mobilidade, em coerência com o preconizado nas políticas europeias, nacionais e regionais. Este plano e outros projetos relacionado com esta temática estão disponíveis para consulta no sítio oficial do município.

Com base no sucesso do Pacto de Autarcas, em 2014 foi lançada a iniciativa Mayors Adapt que, seguindo o mesmo modelo de governação, dirigiu um convite às autarquias para um compromisso com ações de antecipação e preparação para os impactos inevitáveis das alterações climáticas. Torres Vedras aderiu a este compromisso em novembro de 2014 e desenvolveu sua Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas (EMAAC). A EMAAC de Torres Vedras foi concluída em dezembro 2016 e pretende promover, em todo o território municipal, uma resposta coerente às múltiplas problemáticas relacionadas

com as alterações climáticas e colocar o município na linha da frente a nível nacional, no que concerne a estas matérias.

Esta estratégia foca-se na identificação de opções de adaptação planeada com objetivo de minimizar os efeitos das alterações climáticas, onde a autarquia identifica e prioriza as atuais vulnerabilidades e riscos climáticos e faz a sua projeção até ao final do século, promovendo um conjunto integrado de opções de adaptação para responder aos impactes das alterações climáticas.

A EMAAC de Torres Vedras constitui assim um instrumento que deverá ser revisto e atualizado com base na evolução do conhecimento científico e das práticas de adaptação às alterações climáticas, assumindo-se como ponto de partida para o contínuo desenvolvimento de políticas territoriais coerentes, baseadas nas necessidades dos diferentes grupos populacionais e setores económicos e que permita um real reforço da resiliência climática do concelho.

Em outubro de 2015 a Comissão Europeia lançou o novo Pacto de Autarcas para o Clima e Energia, adotando os objetivos da UE para 2030 e uma abordagem integrada à mitigação e adap-

tação às alterações climáticas, que assenta em três pilares: mitigação, adaptação e acesso a energia segura, sustentável e a um preço razoável, tendo os signatários, que anteriormente se haviam comprometido com os objetivos de 2020 e/ou da iniciativa Mayors Adapt, sido convidados a retificar novamente os objetivos para 2030.

O MTV aderiu a este novo compromisso em dezembro de 2017 e irá desenvolver um Plano de Ação para a Energia Sustentável e o Clima (PAESC) para orientar o progresso na direção das metas estabelecidas.

## Água

A água é um recurso natural de elevado valor para a vida humana e para o equilíbrio dos ecossistemas, sendo essencial para diversas atividades como a produção de alimentos, geração de energia e para a economia em geral. No entanto, este recurso tem vindo a sofrer diversas pressões devido aos impactos que o crescimento populacional e o aumento da urbanização no consumo, disponibilidade e o livre acesso à água.

Consciente da importância da gestão da água, o MTV tem monitorizado os consumos de água nos vários edifícios e áreas públicas que se encontram a seu encargo. Complementarmente,

303-1

desenvolve regularmente campanhas de monitorização da qualidade dos seus recursos hídricos superficiais. Para além disso, procura garantir-se o correto encaminhamento e tratamento das águas residuais provenientes dos centros urbanos, de forma a assegurar que a água é devolvida ao ambiente em condições ambientalmente seguras.

## Abastecimento

A água de abastecimento do MTV é distribuída pelos Serviços Municipalizados de Águas e Saneamento de Torres Vedras (SMASTV), sendo fornecida “em alta” pela empresa Águas do Vale do Tejo e tem origem nas captações da albufeira de Castelo de Bode, Olhos de Água e poços de Alenquer e Ota, existindo ainda algumas captações municipais, cuja contribuição é residual. O concelho de Torres Vedras tem uma taxa de cobertura de abastecimento domiciliário de água de 99,5% da população residente no concelho, distribuída por seis zonas de abastecimento representadas na Tabela 18.

O sistema de abastecimento de água dos SMASTV é constituído por 1.236,454 Km de condutas de adução e de distribuição,



tendo em funcionamento 70 Reservatórios (capacidade de armazenamento de água de 35 862 m<sup>3</sup>), 26 Estações Elevatórias e 25 estações sobrepressoras de água.

Tabela 18 - Zonas de abastecimento de água, população servida e volume estimado

Zona de Abastecimento	População Servida (habitantes)	Volume Estimado (m <sup>3</sup> /dia)	Ano
ZA1 – Geral	73 914	12 828	2019
ZA2 – Eixo Ramalhal/Maceira	5 447	851	2019
ZA3 – Eixo Campelos/Cabeça Gorda/Outeiro da Cabeça	5 044	786	2018
ZA4 – Patameira/Soalheira	57	10	2019
ZA5 – Casal Velho da Igreja (Maxial)	12	1	2019
ZA6 – Casais Tojais	88	20	2019

Fonte: SMAS TV

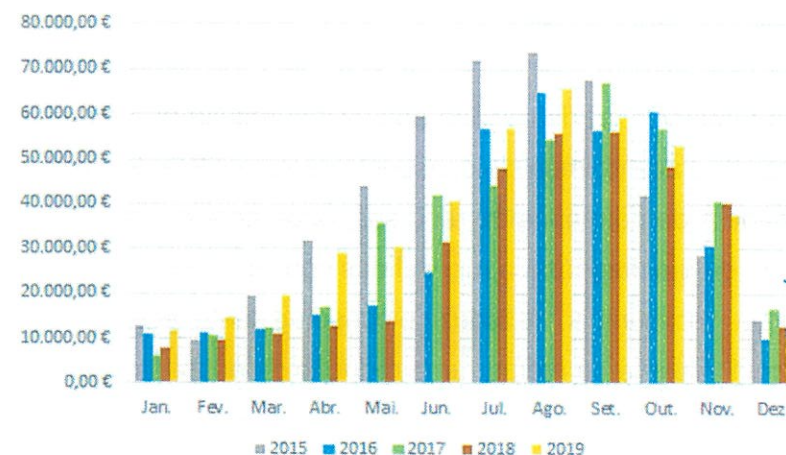
O abastecimento de água, em 2018, caracterizou-se pelos seguintes indicadores:

- Número de utentes: 42.097
- Taxa de cobertura do abastecimento domiciliário: 99,5%;
- Volume de água distribuída: 5.432.012 m<sup>3</sup>;
- Perdas: 23,94%

303-3

303-3;  
303-5

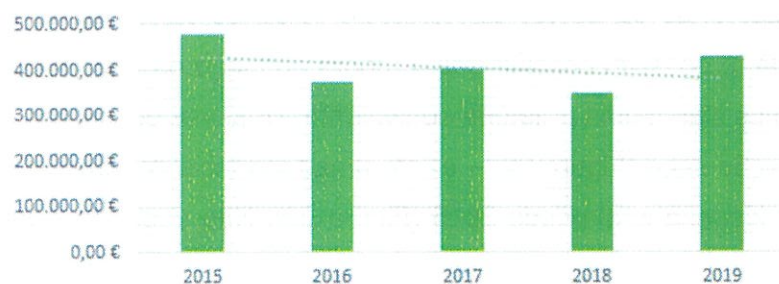
Observando os custos do município relativos ao consumo de água, é possível concluir que, embora ao longo do ano os consumos sigam uma trajetória equivalente – maiores consumos na estação seca (Figura 22) – existe uma tendência de diminuição da despesa total desde 2015 (Figura 23). Não obstante, verificam-se oscilações como demonstra o aumento da despesa associada aos consumos de água em 2019.



Fonte: MTV

Figura 22 – Faturação relativa a consumos de água mensais

303-5



Fonte: MTV

Figura 23 - Consumos de água anuais

Esta tendência de diminuição dos custos resulta de uma estratégia integrada do município, assente numa política de sustentabilidade e de poupança de recursos, onde ocorre o desenvolvimento de um diagnóstico mensal dos consumos de água da autarquia, com o intuito de reduzir o consumo deste recurso natural e simultaneamente efetuar uma redução da despesa municipal. Para além disso, deste diagnóstico resulta ainda um conjunto de medidas e procedimentos que concorrem para o respetivo objetivo, no qual se incluem:

- Identificação e redução dos consumos em locais estratégicos, com elevados consumos de água;

- Colocação de redutores de caudal ou regulação do fluxo de torneiras;
- Campanhas de sensibilização relativas aos consumos conscientes de água em escolas e WC públicos;
- Adoção de procedimentos internos que possibilitam atualizar permanentemente os contadores de água afetos ao município;
- Diferenciar os consumos por tipo de utilização/edifício.

Além do consumo de água, também a qualidade da água de abastecimento é recorrentemente monitorizada pelo SMASTV que publica trimestralmente os resultados das análises efetuadas para consulta. As colheitas de água para monitorização são realizadas em torneiras usualmente utilizadas para consumo humano, em escolas, centros de saúde, infantários, cafés, restaurantes e casas particulares. O facto da água para o consumo humano de Torres Vedras se encontrar dentro dos parâmetros de qualidade definidos pelo Programa de Controlo da Qualidade da Água de Consumo Humano (PCQA) e o Programa de Controlo Operacional (CO), conferiu aos SMASTV nos últimos três



anos o Selo de Qualidade Exemplar para Consumo Humano (Figura 24) atribuído pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR).



Figura 24 - Selo de qualidade da água para consumo humano

### Águas Balneares

A qualidade das águas balneares e superficiais também são frequentemente monitorizadas, principalmente durante a época balnear. A entidade responsável pela sua monitorização é a Agência Portuguesa do Ambiente (APA) e a sua divulgação é feita através da afixação dos resultados nos placards existentes nas praias, bem como no sítio da internet do MTV.

A qualidade das águas balneares tem sido cada vez mais uma preocupação do município que, ao longo dos anos, tem vindo a aumentar o número de monitorizações efetuadas, tendo cumprido os parâmetros de qualidade ambiental em todas as praias

analizadas, sendo as respetivas águas classificadas como “Excelente” para banhos. Estes resultados comprovam o compromisso do município no que diz respeito à qualidade ambiental das suas praias, que se traduz igualmente no número de bandeiras azuis (Figura 25) atribuídas ao longo dos anos (Tabela 19).



Figura 25 - Logótipo da Bandeira Azul

Tabela 19 - Monitorizações efetuadas às massas de água de Torres Vedras

Indicadores	2016	2017	2018	2019
Nº de monitorizações efetuadas (águas balneares)	32	32	61	98
Nº de monitorizações efetuadas (águas superficiais)	24	24	24	34
Nº de incumprimentos por monitorização (águas balneares)	0	0	0	0
Nº de incumprimentos por monitorização (águas superficiais)	8	9	12	17
Nº de praias com Bandeira Azul	10	11	11	11

Fonte: MTV

307-1

### Águas Superficiais

No que diz respeito às águas superficiais, as linhas de água principais do MTV (Rio Sizandro e Rio Alcabrichel) apresentam níveis baixos de qualidade, de acordo com os resultados divulgados pela APA. Estes resultados ocorrem devido ao facto destas linhas de água estarem sujeitas recorrentemente a pressões no seu uso, funcionando como sumidouros de efluentes, muitas vezes não tratados, o que é agravado pela sazonalidade de ambos os rios.

303-2

No entanto, conscientes desta realidade, o município tem levado a cabo ações de monitorização da qualidade da água nos rios, de forma a poder lidar com a situação de uma forma mais informada e tomar as medidas necessárias para reduzir as fontes pontuais e difusas de poluição que são suscetíveis de influenciar negativamente a qualidade das linhas de água. De igual forma, são efetuadas visitas técnicas regulares por parte do serviço de fiscalização do MTV e todos os anos são efetuadas intervenções de limpeza e desobstrução em troços de linhas de água em vários pontos do Concelho, numa extensão de cerca de 16 km, de forma a melhorar o escoamento das águas superficiais.

### Saneamento

No que diz respeito ao saneamento do concelho, também os SMASTV são responsáveis pela recolha, drenagem e condução dos efluentes até aos sistemas “em alta” das Águas do Tejo Atlântico, responsável pela gestão e exploração do sistema multimunicipal de saneamento de águas residuais da Grande Lisboa e Oeste. Em 2018, os SMASTV possuíam em exploração 584,556 Km de redes, 23 Estações Elevatórias de Águas Residuais e 8 Estações de Tratamento de Águas Residuais (ETAR).



No entanto, fruto da preocupação dos SMASTV em proceder à beneficiação constante do sistema de drenagem e de tratamento de águas residuais existente no concelho, verifica-se que atualmente existem 10 ETAR.

Relativamente às águas residuais industriais, o município possui um Regulamento de Descarga de Águas Residuais Industriais, que resulta da necessidade de um controlo prévio das características dos efluentes industriais, por forma a que seja assegurado o bom funcionamento do sistema de drenagem e tratamento municipal, bem como a segurança, a saúde pública e conforto dos munícipes.

A drenagem de águas residuais, em 2018, caracterizou-se pelos seguintes indicadores:

- Utentes servidos com rede de saneamento: 36.060
- Águas residuais recolhidas: 3.346.798 m<sup>3</sup>
- Águas residuais tratadas (em ETAR): 5.378.036 m<sup>3</sup>
- População servida com rede de drenagem: 93,88% (sendo que desta 95,32% é servida com tratamento em ETAR)

## Resíduos

A produção de resíduos sólidos constitui um desafio nacional do ponto de vista ambiental. A produção de resíduos é uma consequência do uso de recursos nas atividades económicas que caracterizam o quotidiano da população, tendo origem nas diversas fases da cadeia de valor, desde a sua extração da natureza até que os materiais são consumidos e deixam de ter utilidade para o consumidor. Até 2019, o MTV foi responsável pela recolha dos Resíduos Sólidos Urbanos (RSU) na área do Concelho e a sua deposição é efetuada no Aterro Sanitário da Valorsul, localizado em Cabeça Gorda - Malpique, no concelho do Cadaval.

Os RSU correspondem aos resíduos provenientes de habitações, bem como outros resíduos que, pela sua natureza ou composição, sejam semelhantes aos resíduos provenientes de habitações. Estes resíduos possuem características muito distintas que os distinguem dos restantes resíduos, nomeadamente o volume de produção e a sua composição, o que coloca desafios no seu modelo de gestão.

A Valorsul é responsável pela recolha multimaterial dos resíduos recicláveis do município, cujo destino final é a estação de triagem da Valorsul, também localizada em Cabeça Gorda - Malpique. Para tal, existe um conjunto de diferentes equipamentos e viaturas disponíveis para a gestão dos resíduos que abrangem todo o território municipal (Tabela 20). Os resíduos recolhidos seletivamente são encaminhados para reciclagem através da Sociedade Ponto Verde (SPV).

Tabela 20 - Número de contentores de recolha de resíduos no concelho de Torres Vedras

Equipamento/Infraestrutura	Quantidade
Contentores (800 a 1000 litros)	3 470
Contentores semi-enterrados de grande capacidade para RSU (3 e 5 m³)	182
Ecopontos, contentor de superfície (papel, vidro, embalagens e pilhas)	650
Ecopontos, contentor semi-enterrado (tipo molok)	34
Ecocentro	1
Viaturas afetas à recolha indiferenciada	12

Fonte: <https://www.smastv.pt/residuos-solidos/residuos-solidos-urbanos>

No que se refere à produção de RSU, pode observar-se na Figura 26 que esta tem vindo a aumentar gradualmente desde 2016, sendo que em 2018 a quantidade de resíduos produzida ultrapassou as 33 mil toneladas.



Figura 26 - Produção anual de resíduos sólidos urbanos

Fonte: <https://www.smastv.pt/residuos-solidos/residuos-solidos-urbanos>

Em contrapartida, a recolha de resíduos recicláveis aumentou em todas as categorias – vidro, papel/cartão e embalagens – com um aumento mais significativo para o papel/cartão entre 2016 e 2019 (Figura 27). A variação na recolha de embalagens também espelhou o compromisso do município nesta matéria e a contínua sensibilização da população para uma correta gestão de resíduos.





Figura 27 - Produção anual de resíduos separados seletivamente

Fonte: <https://www.smastv.pt/residuos-solidos/residuos-solidos-urbanos>

Refira-se, ainda, que a quantidade total de resíduos produzidos mensalmente assume, por norma, maiores proporções nos meses de julho e agosto, em virtude da variação sazonal da população residente (2.<sup>a</sup> habitações) e visitante (turismo).

Adicionalmente, a autarquia desenvolveu diversos projetos relacionados com a recolha de resíduos, nomeadamente o “Valorsul Porta-a-porta”, um projeto de recolha seletiva de resíduos no comércio e serviços da cidade de Torres Vedras, que tem como

301-3

objetivo contribuir para o aumento da taxa de reciclagem. Este projeto estabelece parcerias com os estabelecimentos que, de forma gratuita, podem usufruir deste serviço, recebendo sacos para acondicionar os materiais reciclados que depois são recolhidos.

O MTV disponibilizava ainda um Gabinete de Valorização de Resíduos que visava informar, sensibilizar, apoiar, orientar, acompanhar e promover a correta gestão de resíduos resultantes da atividade económica do Concelho, minimizando o impacto ambiental associado à gestão dos resíduos, garantindo a gestão integrada e o correto encaminhamento, potenciando a sua reciclagem e valorização.

Note-se que a gestão e recolha de RSU do MTV passa a integrar a estrutura orgânica dos SMASTV a partir do dia 1 de julho de 2020. Em causa estão os serviços de gestão de resíduos urbanos e gestão do ecocentro, assim como a recolha de monstros (resíduos volumosos), resíduos verdes e resíduos de construção e demolição (RCD). Esta integração visa promover uma melhoria da qualidade do serviço prestado aos utilizadores.

## Qualidade do Ar

O Ar constitui um dos recursos mais importantes no planeta, vital para a manutenção da vida terrestre, a par da água e do solo, contribuindo para o clima, a distribuição das águas da chuva e para a dispersão de sementes, favorecendo a produção agrícola. Embora não se fale na possibilidade de escassez quando se fala do recurso ar, ao contrário do que sucede com os restantes recursos naturais, verifica-se que este apresenta uma grande vulnerabilidade relativamente à sua qualidade.

Na verdade, de uma forma geral, a qualidade do ar tem vindo a sofrer uma deterioração resultante do crescente aumento das emissões de poluentes e GEE para a atmosfera, grande parte devido ao setor industrial e dos transportes. As emissões de poluentes são gravemente danosas para a saúde humana e para o ambiente, já que contribuem diretamente para as alterações climáticas, para a contaminação das águas e dos solos, pondo em causa o bom funcionamento dos ecossistemas.

Conscientes da importância da qualidade do ar para a população e para o ambiente, o MTV tem vindo a desenvolver um conjunto de medidas com o objetivo de reduzir as emissões de poluentes decorrentes das suas atividades, incluindo a queima direta de

combustíveis fósseis na sua frota de veículos e a eletricidade utilizada dos seus edifícios.

Neste contexto, a autarquia tem vindo a realizar campanhas de monitorização da qualidade do ar desde 2008, recorrendo a pontos de amostragem em vários locais do concelho. Em 2019, a monitorização ocorreu em 4 pontos distintos, representativos de impacto na qualidade do ar, principalmente através do tráfego rodoviário: 3 locais na cidade de Torres Vedras (Novo Terminal Rodoviário, Parque Urbano do Choupal e Largo de São Pedro) e 1 local na praia de Santa Cruz (Mercado Municipal).

De uma maneira geral, o índice de qualidade do ar alcançado em 2019 nos vários locais é consistente, tendo sido obtidas classificações maioritariamente Boas em todos os locais analisados. As classificações obtidas foram maioritariamente influenciadas pelas concentrações de partículas PM10 e de ozono.

Na Praia de Santa Cruz, os valores registados em 2019 foram inferiores aos valores registados nos anos anteriores, tendo os picos ocorrido nos anos de 2014 e 2018. No Novo Terminal Rodoviário os valores obtidos em 2019 para alguns parâmetros foram ligeiramente superiores face a 2018, todavia inferiores às



concentrações obtidas em 2015, 2016 e 2017. No Parque Urbano do Choupal os valores mantiveram-se genericamente equivalentes desde 2016 até 2019. Por sua vez, no Largo de São Pedro registou-se em 2019 um aumento das concentrações de PM10 e óxidos de azoto (NOx e NO<sub>2</sub>) e uma descida de ozono face a 2018.

Verifica-se, em relação ao registo histórico dos valores medidos, que não existe um padrão evolutivo nas concentrações medidas nos locais avaliados. Para a maioria dos parâmetros e locais avaliados não foram registados valores em gama superior à dos valores limite, tendo-se apenas registado uma situação num dos dias de campanha com valores superiores à gama dos valores limite diários (concentração do poluente PM10 no Largo de São Pedro).

Assim, considera-se que os valores registados na campanha de monitorização de qualidade do ar de 2019 são reduzidos e dentro da gama que historicamente tem sido detetada nas medições anteriormente realizadas nos diferentes locais de medição.

Para além dos resultados da campanha de monitorização não indicarem valores dos poluentes superiores à dos valores limite impostos na legislação na maioria dos pontos de amostragem,

não foram, igualmente, registadas quaisquer reclamações sobre a qualidade do ar no município, no período entre 2016 e 2019 (Tabela 21).

Tabela 21 - Monitorizações à qualidade do ar efetuadas no município

	2016	2017	2018	2019
Número de monitorizações efetuadas	5	5	4	4
Número de incumprimentos por monitorização	0	0	0	1
Número de reclamações	0	0	0	0

Fonte: MTV

Para calcular as emissões diretas derivadas da frota de veículos foram utilizados os consumos de combustíveis apresentados anteriormente na seção “Energia e Clima”, entre os anos 2015 e 2019, e o poder calorífico inferior, fatores de emissão e densidade dos combustíveis, identificados na Tabela 22.

Tabela 22 - Poder calorífico, fator de emissão e densidade dos combustíveis

	PCI (GJ/t)	Fator de Emissão (kg CO <sub>2</sub> /GJ)	Densidade (t/m <sup>3</sup> )
Gasolina	44	73,7	0,746
Gasóleo	42,6	74,1	0,84

Fonte: MTV

As emissões relativas à frota de veículos encontram-se expressas em CO<sub>2</sub> equivalente, no entanto englobam diversos gases com efeito estufa, nomeadamente o metano (CH<sub>4</sub>), o óxido nítrico (N<sub>2</sub>O), entre outros. Como pode constatar-se na Figura 29 existe uma correlação direta entre os consumos de combustível e as emissões associadas à frota de veículos da autarquia.

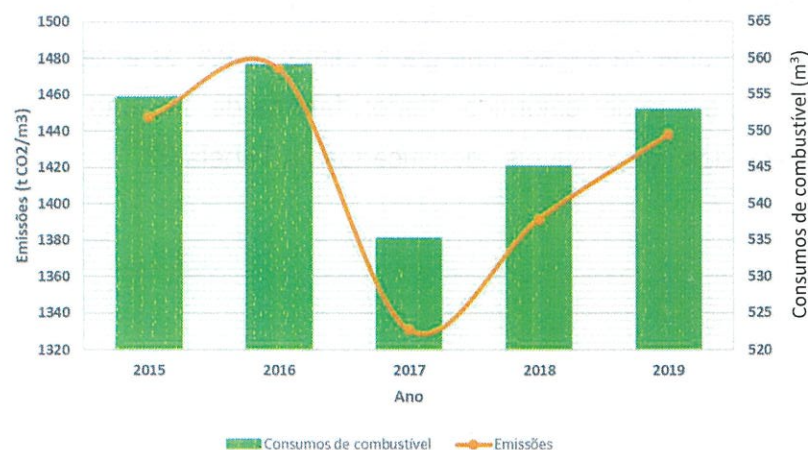


Figura 29 - Emissões relativas à frota de veículos da autarquia

## Ruído

O ruído é também um parâmetro com impactes para a saúde humana e o bem-estar das populações que está geralmente associado a fontes de ruído relacionadas com atividades humanas.

As atividades ruidosas suscetíveis de causar incomodidade referem-se a obras de construção civil, laboração de estabelecimentos industriais, comerciais e de serviços, equipamentos para utilização no exterior, infraestruturas de transporte, veículos e tráfegos, espetáculos, diversões, manifestações desportivas, feiras e mercados, bem como sistemas sonoros de alarme.

Neste contexto, consoante o tipo de atividades ruidosas e os problemas de ruído associados, compete ao MTV no quadro das suas atribuições e competências tomar as diligências necessárias resolver os conflitos e reduzir a exposição da população ao ruído.

Refira-se que no período em análise o número de reclamações sobre ruído teve os valores mais elevados em 2017 e 2018, sendo a grande maioria respeitantes a reclamações relacionadas com o ruído da vizinhança proveniente das habitações e produzido por alguém ou por um animal sob sua responsabilidade.



Ainda assim, pode considerar-se que este número de reclamações terá pouca expressão face ao número de Licenças Especiais de Ruído emitidas pelo MTV (Tabela 23).

Tabela 23 - Número de monitorizações, incumprimentos e reclamações ao ruído efetuadas no município

	2016	2017	2018	2019
Número de monitorizações efetuadas	4	2	0	0
Número de incumprimentos por monitorização	0	0	0	0
Número de reclamações	3	44	61	27
Licenças Especiais de Ruído	164	162	215	223

Fonte: CMTV

## Educação Ambiental

A educação ambiental tem ganho cada vez mais relevância na sociedade e na vida dos cidadãos portugueses e tem como principal objetivo promover valores, mudanças de atitudes e comportamentos face ao ambiente. Com a educação ambiental pretende-se aumentar o conhecimento e a consciência da população, dando-lhes a informação e ferramentas necessárias, de forma a que as pessoas, em todos os setores da sociedade, possam exercer uma cidadania consciente, dinâmica e informada face às problemáticas ambientais atuais.

O ambiente e a sustentabilidade assumiram destaque no trabalho do MTV com a elaboração do Plano Municipal de Ambiente "Torres XXI", concluído em 2001. O Plano "Torres XXI" foi também o referencial para a implementação da Agenda 21 Local de Torres Vedras com o apoio da Academia, em concreto do Prof. Doutor João Farinha da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa (FCTUNL).

Com este impulso, nas últimas duas décadas, Torres Vedras assumiu o desígnio e o investimento na Educação Ambiental como estratégico e prioritário para o município, consciente que a construção da literacia ambiental junto das suas comunidades, permite uma cidadania ativa, com maior consciência cívica e capacidade crítica, pautada por modelos de conduta sustentáveis.

Neste âmbito, o Centro de Educação Ambiental (CEA) de Torres Vedras é o principal equipamento e serviço educativo que visa a educação para o desenvolvimento sustentável do MTV e tem-se tornado numa referência para a população do concelho, principalmente para a comunidade escolar. A funcionar desde o ano letivo 2004/2005, desenvolve um conjunto diversificado de atividades de educação e sensibilização ambiental que visam dotar os cidadãos de conhecimentos e ferramentas que lhes permitam



assumir comportamentos sustentáveis e uma participação ativa na proteção do ambiente.



Figura 30 - Centro de Educação Ambiental de Torres Vedras

O MTV também apoia as escolas no desenvolvimento e concretização dos seus planos de ação no âmbito do programa “Eco-Escolas” (Figura 31). Este é um programa internacional dinamizado em Portugal pela Associação Bandeira Azul da Europa, que pretende encorajar ações e reconhecer o trabalho de qualidade desenvolvido pelas escolas, no âmbito da Educação Ambiental para a Sustentabilidade.

Torres Vedras tem escolas a participar neste programa desde o seu início, sendo que a Escola Básica Integrada Padre Francisco Soares é uma das poucas escolas do país a ser galardoada com a Bandeira Verde do “Eco Escolas” desde o ano letivo de 1996/1997.

Note-se que o número de “eco-escolas” tem aumentado no MTV nos últimos anos letivos, designadamente em 2016/2017 (37), 2017/2018 (52), 2018/2019 (54) e 2019/2020 (56).



Figura 31 - Logótipo do Eco-Escolas

Outros projetos de Educação ambiental, de referência, em que o MTV participa são o “Projeto Rios”, “Peixes Nativos” e o projeto “Conhecer para Preservar”.



O “**Projeto Rios**” (Figura 32) tem como principal objetivo implementar um plano de adoção e monitorização de 500 metros de um troço de um rio ou ribeira, de modo a promover a sensibilização da sociedade civil para os problemas e a necessidade de proteção e valorização dos sistemas ribeirinhos.

A aplicação prática deste projeto em escolas, empresas, grupos de escuteiros, associações/grupos culturais, lares/centros de dia, grupos de amigos, famílias e população em geral, permite a a valorização das linhas de água e a implementação de uma rede local e nacional de observação, monitorização e vigilância, visando a conservação de diferentes troços de rios.



Figura 32 - Logótipo do Projeto Rios

Os grupos do concelho de Torres Vedras inscritos no "Projeto Rios" contam com o apoio logístico, técnico, científico e material prestado pelo Município de Torres Vedras e pela Águas de Lisboa e Vale do Tejo (empresa concessionária do Sistema Municipal de Abastecimento de Água e Saneamento do Oeste).

O projeto “**Peixes Nativos**” (Figura 33) tem como objetivo principal monitorizar anualmente, no final da época estival, espécies ameaçadas de peixes de água doce autóctones em rios intermitentes do centro do país. Este projeto foi lançado em novembro de 2017 e resulta de uma parceria estabelecida entre o ISPA - Instituto Universitário e a Águas do Tejo Atlântico, S.A., com o apoio institucional do MARE - Centro de Ciências do Mar e Ambiente, do Instituto para a Conservação da Natureza e Florestas (ICNF), do Aquário Vasco da Gama e da Ciência Viva.



Figura 33 - Logótipo do Projeto "Peixes Nativos"

Paralelamente, o projeto “Peixes Nativos” desenvolve ações de educação ambiental que consubstanciam a sua missão pedagógica, estabelecendo para esse efeito protocolos de parceria com os municípios localizados na sua área de implementação.

De referir no que toca à monitorização científica deste projeto, a qual teve início em 2018, que a mesma abrange no concelho de Torres Vedras os rios Sizandro e Alcabrichel e relaciona-se com o trabalho de preservação do ruivaco-do-Oeste (*Achondrostoma occidentale*), uma espécie de peixe nativo que está “criticamente em perigo”.

A missão pedagógica do projeto “Peixes Nativos” abrangeu, no concelho, as turmas do 4.º ano de escolaridade das escolas do 1.º ciclo do ensino básico de Ramalhal e de Runa e do Centro Educativo do Maxial (cerca de 125 alunos).

Também no âmbito do projeto “Peixes Nativos”, tiveram lugar outras ações no Concelho, como palestras em escolas (dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e do ensino secundário), o *workshop* “Peixes de água doce nativos e qualidade das linhas de água do Oeste” (dirigido a técnicos e público em geral) e uma ação incluída no programa “Ciência Viva no Verão”.

O projeto “**Conhecer para Preservar | Rede Natura 2000**” é um projeto que aposta numa intervenção integrada de informação e sensibilização junto da comunidade escolar e jovem dos municípios de Torres Vedras e Lourinhã, no domínio da conservação da natureza, com especial foco nas áreas de Rede Natura 2000.

Este projeto, composto por um total de 16 ações, teve como objetivos: sensibilizar a comunidade jovem e escolar para a conservação da natureza e da biodiversidade; aumentar o nível de participação ativa da comunidade jovem e escolar na proteção, restauração e utilização sustentável dos valores naturais classificados, atuando ao nível da mudança de atitudes e comportamentos individuais e coletivos; e transferir conhecimento e disseminar informação para uma melhor conservação, gestão e ordenamento da biodiversidade e dos ecossistemas presentes na Rede Natura 2000.

No decorrer da execução da operação “Conhecer para Preservar | Rede Natura 2000” foram envolvidos mais de 60 estabelecimentos de ensino do concelho de Torres Vedras, traduzindo-se num universo de mais de 11 mil alunos abrangidos pelas diferentes ações anteriormente mencionadas.

Para além disso, foram desenvolvidos mais de dez produtos de comunicação, divulgação e sensibilização para a população escolar e restante sociedade civil, nomeadamente os resultantes da atividade “Embaixadores pela Biodiversidade” que foi uma componente do projeto dedicada inteiramente à literacia oceânica e costeira (Figura 34).





Figura 34 – Exposição da atividade "Embaxadores pela Biodiversidade"

## Mobilidade

A mobilidade é um dos temas centrais no que respeita ao planeamento do território, assumindo uma extrema importância na condição do modo e qualidade de vida da população. Na verdade, a mobilidade é inata às pessoas e desenvolver soluções de mobilidade que permitam as interações entre elas é fundamental para a construção de um território mais justo, equitativo e coeso. Neste sentido, o MTV tem desenvolvido um conjunto de ações que vão ao encontro das necessidades da população face

305-5

à mobilidade, apostando fortemente em estratégias baseadas na mobilidade sustentável.

No âmbito do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano de Torres Vedras, a autarquia desenvolveu o Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável (PAMUS), que constitui um instrumento de planeamento direcionado especificamente para a mobilidade urbana sustentável. Este plano, desenvolvido com investimentos do Portugal 2020, tem como principais objetivos:

- Melhoria da qualidade de vida urbana, através do aumento da área e da qualidade dos espaços urbanos dedicados ao peão e aos modos suaves de deslocação;
- Melhoria das condições de saúde e bem-estar da população residente ou visitante, através da redução do ruído ambiente, da melhoria da qualidade do ar, das condições de segurança e a utilização de meios e formas de deslocação mais saudáveis;
- Melhoria da qualidade ambiental geral, colocando as questões ambientais no centro das decisões políticas em matéria de mobilidade;



- Promoção da sustentabilidade económica das redes e sistema de mobilidade, inovando as tecnologias, melhorando a eficiência energética, promovendo uma utilização racional dos recursos e otimizando os meios disponíveis e atuando sobre a repartição modal do atual sistema de transportes.

O PAMUS tem como área de intervenção o perímetro urbano de Torres Vedras e prevê ações destinadas a implementar redes de percursos pedonais e cicláveis, a melhorar as condições de funcionamento das interfaces de transportes públicos, a implementar sistemas inteligentes de informação em tempo real e de controlo e gestão de tráfego e a promover ações de formação e sensibilização em mobilidade sustentável.

Neste contexto, lançou-se em setembro de 2018 o Portal da Mobilidade de Torres Vedras (Figura 35) que pretende ser uma plataforma para os cidadãos torrienses terem à sua disposição toda a informação sobre todos assuntos relacionados com a mobilidade, incluindo o estacionamento disponível no concelho, informação sobre os transportes públicos a operar no município, os modos suaves, acessibilidades, estratégia e plano de mobilidade, entre outros.

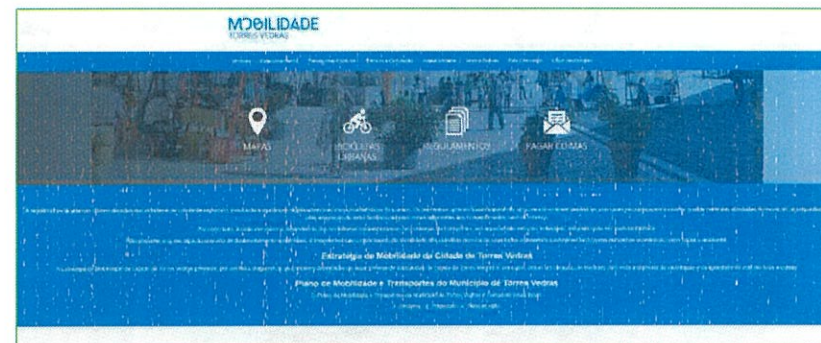


Figura 35 - Portal da Mobilidade de Torres Vedras

De forma a garantir todas as condições de mobilidade sustentável e incutir este modo de vida na comunidade, a autarquia tem vindo a apostar na ampliação da rede de percursos pedonais, na rede de ciclovias e na extensão da rede de *Bike Stations* na cidade. Este investimento permite assegurar melhores condições de acessibilidade, comodidade, conforto e segurança para os ciclistas e peões, criando um maior incentivo e atratividade para os modos suaves de deslocação (Figura 36).

Refira-se que o sistema de bicicletas partilhadas “Agostinhas” foi criado em 2013 em homenagem ao ilustre ciclista torriense Joaquim Agostinho. As “Agostinhas” distribuem-se por 20 Estações



de Bicicletas Públicas, *Bike Stations*, localizadas junto às escolas, áreas comerciais e serviços públicos, disponibilizando bicicletas standard a pedal e elétricas.



Figura 36 – Rede de Ciclovias e as "Agostinhas"

Este sistema de bicicletas partilhadas tem vindo a aumentar desde a sua criação em 2013 e destina-se a utilizadores que residem e/ou trabalham no perímetro urbano da Cidade e se deslocam diariamente em movimentos pendulares para o centro da mesma, podendo a mesma bicicleta ser utilizada por vários utilizadores durante o dia.

A utilização das bicicletas partilhadas contribui, desta forma, para a descarbonização da economia, uma vez que ocorre a mudança do uso do transporte individual para um modo suave de transporte, levando a uma redução de emissões de GEE e outros poluentes atmosféricos. Adicionalmente, o uso da bicicleta incentiva a prática de exercício físico e hábitos de vida mais ativos e saudáveis da comunidade.

A autarquia desenvolveu também as ações do Plano de Sensibilização para a Mobilidade Sustentável, também integrado no PAMUS, com o intuito de sensibilizar a população relativamente à mobilidade sustentável e segurança rodoviária, em particular nas zonas urbanas.

As ações deste plano passaram por: ações de sensibilização para a comunidade escolar sobre modos suaves e sustentabilidade na cidade; uma campanha pedagógica para o público sénior denominada "Escola Bike Sénior"; uma ação de sensibilização para seniores e automobilistas sobre circulação rodoviária; uma campanha de sensibilização para o público escolar sobre deslocamentos na cidade através de modos suaves no âmbito da Semana Europeia da Mobilidade; uma ação de sensibilização para o público escolar sobre Estacionamento Disciplinado; uma



campanha de sensibilização sobre mobilidade urbana sustentável para operadores de transportes públicos e respetivos clientes; uma campanha de sensibilização sobre modos suaves de transporte dirigida também a clientes desta empresa; e a realização do filme promocional “Torres Vedras, um Município Sustentável”.

Este plano de ação complementa outros projetos já existentes como o projeto “Eu vou a pé para a Escola” que procura estimular as crianças a fazerem o trajeto casa-escola a pé, acompanhados por um responsável e seguindo percursos pré-definidos.

No âmbito da mobilidade elétrica, tem sido dado continuidade ao investimento iniciado em 2011 com a instalação dos primeiros postos de carregamento de veículos elétricos no Concelho, existindo atualmente 12 pontos de carregamento de veículos que, ao longo de 2019, permitiram uma redução significativa das emissões de dióxido de carbono e do consumo de combustível. Esta aposta na mobilidade elétrica teve também reflexo na frota municipal que tem assistido à integração progressiva de veículos elétricos.

## Território

O concelho de Torres Vedras constitui um território de grande singularidade e complexidade, com características muito diversas. Apesar da existência de um centro urbano com alguma dimensão e consideravelmente denso, bem como algumas áreas urbanas dispersas, o território de Torres Vedras é maioritariamente rural, com extensas áreas agrícolas e de floresta. Deste modo, é um concelho com importantes recursos naturais e com áreas com elevado valor ecológico que têm merecido especial atenção por parte da autarquia.

304-1

No que diz respeito às zonas urbanas, a autarquia tem desenvolvido diversos projetos e medidas que visam a melhoria dos espaços verdes, de recreio e lazer da cidade, devido à sua importância ao nível da amenização climática, da melhoria da qualidade do ar, da manutenção da permeabilidade do solo e também ao nível social. Algumas dessas medidas incluem a seleção de plantas mais adaptadas ao clima da região, a utilização mais eficiente dos recursos hídricos para rega, promover a melhoria da qualidade ambiental, reduzir a utilização de agroquímicos e diminuir os trabalhos de manutenção destas áreas.



Alguns projetos de referência nesta temática são o “Horta Viva”, um projeto de hortas urbanas que visa contribuir para a sustentabilidade ambiental do território, combater a pobreza, fomentar a solidariedade social e o acesso à terra por parte de potenciais agricultores, assim como possibilitar a sensibilização em termos ambientais e de cidadania em geral, através da participação ativa da população. Outro exemplo é o projeto “Árvores Notáveis de Torres Vedras” que tem como objetivo proceder à inventariação, descrição e definição das árvores existentes no município que constituam património arbóreo de referência no contexto territorial em que se inserem. Com a inventariação destas árvores pretende-se divulgar e salvaguardar o património arbóreo notável do concelho, através de regulamentação municipal e de produção de material de divulgação.

Para além disso, lançou-se o programa “Torres Vedras +VERDE” que tem como objetivo o desenvolvimento de diversas ações ao nível da arborização e rearborização do território. Este programa, a par do Plano de Rearborização da Cidade e do programa “Florestas nas Linhas 20.30” garantirão a instalação de espécies florestais com maior aptidão ao território e fornecerá um importante contributo para a mitigação dos efeitos das alterações climáticas.

### Plano Diretor Municipal

O Plano Diretor Municipal (PDM) estabelece a estratégia de desenvolvimento territorial, a política municipal de ordenamento do território e de urbanismo e as demais políticas urbanas, integra e articula as orientações estabelecidas pelos instrumentos de gestão territorial de âmbito nacional e regional e estabelece o modelo de organização espacial do território municipal.

O PDM de Torres Vedras foi aprovado pela Assembleia Municipal em 22 de março e 13 de setembro de 1995 e ratificado pela Resolução do Conselho de Ministros nº 159/95, de 30 de novembro. A 1ª revisão do PDM de Torres Vedras foi aprovada pela Assembleia Municipal de Torres Vedras, em 28 de abril de 2006, encontrando-se esta versão atualmente vigor. A 1ª revisão do PDM de Torres Vedras encontra-se aprovada pela Resolução de Conselho de Ministros nº 144/ 2007 e publicada no Diário da República nº 186/2007, Série I de 26 de setembro de 2007, produzindo efeitos desde 26 de outubro de 2007.

A Câmara Municipal de Torres Vedras deliberou, na sua reunião pública ordinária de 30 de outubro de 2018, dar início à 2.ª Revisão do seu PDM, nos termos do n.º 1 do artigo 76.º do Regime

Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio.

Conforme referido nos Termos de Referência, a revisão do PDM de Torres Vedras, fundamenta-se na necessidade de adequar o PDM ao novo enquadramento jurídico, bem como dos princípios e objetivos estratégicos do Plano e do respetivo modelo territorial, à evolução e aos desafios de médio e longo prazo colocados pelas novas necessidades de desenvolvimento social, económico, cultural, urbanístico e ambiental do concelho, tendo em conta a avaliação e os resultados do Relatório sobre o Estado do Ordenamento do Território, aprovado em 25 de Setembro de 2018.

O PDM de Torres Vedras atualmente em vigor, as suas modificações, as plantas que o constituem e os elementos complementares podem ser consultados no sítio de internet do MTV, sendo disponibilizados em suporte digital mediante requerimento.

### Programa da Orla Costeira Alcobaça-Cabo Espichel

O concelho de Torres Vedras também se encontra abrangido por outros instrumentos de gestão territorial, importando referir o Programa da Orla Costeira Alcobaça – Cabo Espichel (POC-ACE) aprovado através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 66/2019, de 11 de abril. O POC-ACE corresponde à revisão e fusão num único programa especial dos 3 Planos de Ordenamento da Orla Costeira (POOC) agora revogados: POOC Alcobaça-Mafra (POOC-AM); POOC Cidadela; POOC Sintra-Sado.

O POC-ACE incide na faixa costeira e pretende estabelecer os regimes de salvaguarda de recursos e valores naturais, através de princípios e normas orientadores e de gestão. Para esse efeito, preconizou-se uma visão estratégica para a orla costeira entre Alcobaça e o Cabo Espichel tendo como referencial o diagnóstico prospetivo e os princípios de gestão integrada da zona costeira, visando:

“Uma orla costeira preparada para as alterações climáticas e para uma fruição em segurança, com um património natural, paisagístico e cultural preservado, com um bom estado das massas de água, promotora de oportunidades de desenvolvimento suportadas na diferenciação e valorização dos recursos



territoriais e na capacidade de aproveitamento competitivo e sustentável dos potenciais terrestres, marinhos e marítimos.

Promover a valorização integrada dos recursos do litoral e gerir a pressão urbano/turística na faixa litoral/orla costeira de forma a assegurar a exploração sustentável dos recursos naturais, a qualificação da paisagem e a adequada prevenção dos riscos.”

A abordagem estratégica do POC-ACE está suportada em quatro objetivos estratégicos setoriais (Riscos Costeiros, Valores Naturais, Recursos Hídricos, Competitividade) e em dois objetivos estratégicos transversais (Praias, Monitorização, Avaliação e Gestão Integrada), que se desdobram em objetivos estratégicos específicos.

As abordagens estratégicas consideradas no POC-ACE, referidas para cada um dos objetivos estratégicos, dão especial atenção à conciliação entre a proteção e a conservação do património natural e paisagístico, a proteção dos recursos hídricos e a promoção da competitividade económica da orla costeira suportada na utilização sustentável dos recursos. Visam igualmente assegurar uma abordagem integrada das praias marítimas através da sua valorização e qualificação como recurso natural, social e económico.

### Programa ECOXXI

O ECOXXI (Figura 37) é um Programa de educação para a sustentabilidade, implementado em Portugal pela Associação Bandeira Azul da Europa desde 2005, dirigido principalmente aos técnicos e decisores dos municípios considerados agentes privilegiados de promoção do desenvolvimento sustentável a nível local. Este programa visa a identificação e o reconhecimento de boas práticas de sustentabilidade valorizando, entre outros aspetos, a educação no sentido da sustentabilidade e a qualidade ambiental, e constitui um contributo importante para a avaliação do desempenho das autarquias na promoção do desenvolvimento sustentável.



Figura 37 - Logótipo do Programa ECOXXI

Composto por 21 indicadores de sustentabilidade local, este Programa pretende avaliar a prestação dos municípios, reconhecendo como eco-municípios os que demonstram a implementação de boas práticas, políticas e ações em torno de alguns temas considerados chave: Educação Ambiental para o Desenvolvimento Sustentável; Sociedade Civil; Instituições; Conservação da Natureza; Ar; Água; Energia; Resíduos; Mobilidade; Ruído; Agricultura; Turismo e Ordenamento do Território.

O MTV recebeu sempre o galardão do programa ECOXXI desde que este teve início, demonstrando o compromisso e procura constante de melhoria na promoção da sustentabilidade e valorização do ambiente.

Com efeito, como pode constatar-se na Figura 38, nos últimos anos o MTV tem obtido pontuações no Índice ECOXXI acima dos 70% e desde 2017 apresenta uma tendência crescente, tendo inclusive alcançado os 82% em 2019 que são o reconhecimento das boas práticas adotadas pelo MTV nas áreas ambiental, económica e social

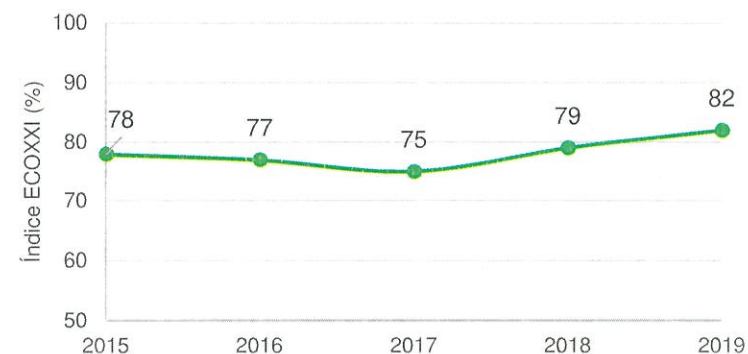


Figura 38 - Evolução do Índice ECOXXI (2015-2018)

### Praias e Litoral

No que respeita ao restante território, uma vez que o MTV é um território costeiro, possui um extenso litoral com importantes recursos naturais, que são alvo de proteção.

O litoral Torriense, que compreende mais de 20km de orla costeira, estende-se desde a Praia do Valmitão, a norte, até à Praia da Assenta, a sul, destacando-se a Praia de Santa Cruz no centro. As praias do município são importantes áreas que têm sido alvo de inúmeros projetos e ações de proteção, gestão e valorização, principalmente na época balnear, para além do programa Bandeira Azul já mencionado anteriormente.



O projeto Praia Saudável, por exemplo, é um projeto iniciado em 2005, em cooperação com a Fundação Vodafone Portugal e outras instituições, que tem como principal objetivo contribuir para o aumento da segurança e qualidade do ambiente nas praias, assim como das acessibilidades para pessoas com mobilidade condicionada. Desta forma, no âmbito deste programa, foram atribuídos telefones móveis aos nadadores salvadores, tiralôs, posto de identificação de praia (mastro + boia) e passadeiras acrílicas às praias de Santa Rita Norte, Centro, Porto Novo e Física.

A distinção Qualidade de Ouro, atribuída pela Quercus – Associação Nacional de Conservação da Natureza –, é também um reconhecimento de garantia de fiabilidade no que respeita à boa qualidade da água balnear.

Para além disso, a ZERO – Associação Sistema Terrestre Sustentável – atribui ainda uma classificação “Zero Poluição” às praias que não tenham apresentado indícios de poluição nas suas águas, tendo que apresentar a classificação excelente ao longo das três últimas épocas balneares.

No âmbito da acessibilidade refira-se o projeto “Praia Acessível – Praia para Todos”, promovido pelo Instituto Nacional para a

Reabilitação em conjunto com outras instituições. Para a obtenção deste galardão é necessário satisfazer determinados critérios, nomeadamente a existência de acesso pedonal, estacionamento ordenado, acesso à zona de banhos, passadeira no areal, sanitários adaptados, e acesso ao posto de primeiros socorros.

O projeto “Praia Segura” nasceu em 2009, resultado de uma parceria entre a Câmara Municipal de Torres Vedras e um conjunto de entidades públicas e privadas, e consiste no patrulhamento da costa do Concelho, com especial incidência nas praias não concessionadas, por uma viatura devidamente equipada. Ainda no campo da segurança dos banhistas, durante a época balnear existem três sistemas de comunicações de emergência – o SOS Talking -, nas praias das Amoeiras, Amanhã e ainda entre as praias Azul e Foz do Sizandro. O SOS Talking pretende contribuir para a promoção das condições de segurança dos banhistas num espaço balnear não vigiado

Para além destes programas, a autarquia implementou nas suas praias o sistema Color ADD, que permite a qualquer pessoa daltónica perceber quais as cores das bandeiras hasteadas que está a visualizar, aumentando assim a segurança de todos os banhistas.



Visando continuar com a afirmação da sua costa enquanto destino de excelência, o MTV tem procurado satisfazer os critérios dos programas mencionados e na época balnear de 2019 viu 11 das suas praias receber a Bandeira Azul, 12 praias Qualidade de Ouro, 10 praias ZERO poluição e 9 praias com a bandeira “Praia Acessível – Praia para Todos!” (Figura 39).



Figura 39 - Galardões atribuídos às praias do concelho

O reconhecimento da importância de promover a valorização do litoral conheceu o seu expoente máximo nos últimos anos com a obra de proteção costeira de Santa Cruz Sul, envolvendo as Praias Formosa e Azul (Figura 40). Esta obra, cofinanciada pelo

Portugal 2020 através do Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos, envolveu intervenções de proteção costeira com os objetivos de preservar e conservar a linha de costa do território; prevenir e minimizar o risco associado à instabilidade das arribas; assegurar a fruição pública em segurança das zonas costeiras; e proteger e reabilitar os ecossistemas e os valores naturais. As ações de intervenção concretizaram as orientações que emanam dos diversos estudos, planos e estratégias que incorporam a política de proteção e valorização do recurso litoral.



Figura 40 – Intervenção da obra de proteção costeira de Santa Cruz Sul



## Áreas Classificadas

A Rede Natura 2000 é uma rede ecológica para o espaço comunitário da União Europeia resultante da aplicação da Diretiva 79/409/CEE do Conselho, de 2 de abril de 1979 (Diretiva Aves) - revogada pela Diretiva 2009/147/CE, de 30 de novembro - e da Diretiva 92/43/CEE (Diretiva Habitats) que tem como finalidade assegurar a conservação a longo prazo das espécies e dos habitats mais ameaçados da Europa, contribuindo para parar a perda de biodiversidade.

A Rede Natura 2000 é composta por: **Zonas de Proteção Especial (ZPE)**, que considera a conservação de todas as espécies de aves que vivem naturalmente no estado selvagem no território europeu dos Estados-Membros; e pelos **Sítios de Importância Comunitária (SIC)**, que corresponde à rede formada por sítios que alojam tipos de habitats naturais constantes do Anexo I e habitats das espécies do Anexo II da Diretiva Habitats (espécies de fauna e flora ameaçadas).

O concelho de Torres Vedras encontra-se abrangido por dois SIC da Lista Nacional e ainda a ZPE de Cabo Raso que é exclusivamente marinha.

Os SIC abrangem cerca de 1.093ha, distribuídos por:

304-3

- SIC Sintra/ Cascais (PTCON0008) abrangendo uma área de 388ha (1% da área do concelho);
- SIC Peniche/ Santa Cruz (PTCON0056) que integra uma área de 705ha (1,7% da área do concelho).

Estas áreas integram mosaicos de habitats, incluindo galerias e matos ribeirinhos, falésias com vegetação das costas mediterrânicas, vegetação anual das zonas de acumulação de detritos pela maré, dunas móveis embrionárias, dunas fixas com vegetação herbácea, dunas com prados, dunas litorais com *Juniperus spp*, entre outros. Para além disso, as áreas marinhas contribuem ativamente para a preservação da biodiversidade das aves, uma vez que durante os períodos de migração e de inverno surgem inúmeras espécies migradoras marinhas para descansarem e se alimentarem.

Atenta a importância da conservação da natureza e da biodiversidade, desencadeou-se um processo de classificação de áreas protegidas de âmbito local no concelho de Torres Vedras que culminou na aprovação da criação Paisagem Protegida Local das Serras do Socorro e Archeira (PPLSSA) em reunião da Assembleia Municipal, datada de 4 de maio de 2012.

304-3



Mais tarde, em 2017, esta área foi oficialmente integrada na Rede Nacional de Áreas Protegidas pressupondo a manutenção e reforço dos esforços do MTV no sentido de assegurar soluções de gestão do património e dos recursos naturais que promovam a recuperação e valorização das funções da paisagem e dos ecossistemas existentes nesta área, em particular promovendo a biodiversidade, a conservação e valorização do património geológico e do património cultural (moinhos, fortificações, entre outros elementos).

A PPLSSA abrange cerca de 1192 hectares e distribui-se maioritariamente pela Freguesia do Turcifal e pela União das Freguesias de Dois Portos e Runa, englobando ainda pequenas áreas da Freguesia de Santa Maria, São Pedro e Matacães. A sul confina com o concelho de Mafra onde se desenvolve a encosta Sul da Serra do Socorro. Destaca-se da envolvente em termos de relevo e é composta pelas Serras do Socorro e da Archeira, Serra da Galharda e Serra do Monte Deixo.

Esta área constitui um local onde se verifica a presença de elementos com valor patrimonial em termos naturais, históricos, culturais e paisagístico, sendo um destino por excelência para a prática de turismo de natureza (Figura 41).





O júri destacou o estudo preparatório que identificou e avaliou as características da Paisagem Protegida Local, assim como a definição de órgãos de gestão que se baseiam num modelo “participativo e colaborativo” e a criação do Observatório da Paisagem e do Centro Interpretativo. O prémio destaca ainda que a PPLSSA contribui para a implementação da Convenção Europeia da Paisagem e da Política Nacional de Arquitetura e Paisagem a nível municipal.

Para além das áreas integradas no Sistema Nacional de Áreas Classificadas, importa ainda mencionar a importância da proteção e preservação das zonas costeiras sensíveis, em particular do sistema dunar de Santa Rita onde o MTV tem implementado um conjunto de intervenções que visam estabilizar o sistema dunar e permitir a sua evolução.

Neste âmbito de áreas sensíveis deve, ainda, referir-se uma espécie endémica (exclusiva) da região que se encontra fortemente ameaçada devido às ações do homem: o Ruivaco-do-Oeste (*Achondrostoma occidentale*). O Ruivaco-do-Oeste é uma espécie de peixe de água doce que tem o estatuto de conservação de “criticamente ameaçado” de acordo com os critérios do livro vermelho publicado pelo ICNB (atual ICNF) em 1991. Trata-

304-4

se de uma espécie que, atualmente, apenas existe em dois rios da Estremadura, nomeadamente os rios Alcabrichel e Sizandro, ambos localizados em Torres Vedras. De forma a garantir a sua preservação e a conservação do seu habitat, a autarquia tem desenvolvido projetos em parceria com diversas entidades, entre elas o ISPA. Algumas das ações desenvolvidas incluíram a reintrodução do ruivaco no rio Alcabrichel, a reabilitação de um troço deste rio, a realização de ações de remoção de infestantes (nomeadamente de cana), estabilização das margens, instalação de vegetação, diversificação do leito, construção de fundões no mesmo e criação de leitos de cascalho adequados à desova.

Por fim, assinalar que a autarquia pretende criar uma área marinha protegida, na figura de reserva natural de âmbito local, com o objetivo de fomentar uma gestão integrada visando a proteção da biodiversidade, evitar a sobre-exploração de espécies, potenciar a pesca sustentável e artesanal e valorizar o património cultural associado às comunidades locais (Figura 42).



Figura 42 - Logótipo da Reserva Natural Local Foz Azul

## Desempenho Económico

A sustentabilidade de qualquer organização não poderá ser alcançada sem a interligação de três componentes necessárias: ambiental, social e económica.

O desempenho económico é a componente que, tal como o próprio nome indica, mais se relaciona com o crescimento e desenvolvimento económico da organização em análise. Neste sentido, a aferição do desempenho económico de uma organização é realizada com base num conjunto de indicadores, que permitem avaliar a eficiência e evolução da organização em matéria económica. As temáticas consideradas aquando da avaliação desta componente são, geralmente, a caracterização económica, a presença de mercado, os impactes económicos indiretos e, por fim, as medidas anticorrupção.

Embora todas as componentes da sustentabilidade sejam fundamentais para o desenvolvimento do MTV, um melhor desempenho económico, aliado à adoção de melhores práticas de aquisição de bens e serviços, irá contribuir para um maior realce do município, devido, sobretudo, à menor geração de impactes – tanto diretos, como indiretos.

102-29;  
102-31

Com efeito, um maior destaque do MTV em matéria económica será extremamente positivo, uma vez que este concelho já se evidencia por ser o concelho com maior produção de vinho a nível nacional. Complementarmente, não é apenas na atividade agrícola que Torres Vedras se destaca, pelo que a indústria agroalimentar e metalúrgica, assim como o comércio a retalho assumem um papel importante.

Nesta perspetiva, e com o intuito de impulsionar um desenvolvimento económico de Torres Vedras de modo sustentável, a avaliação do desempenho económico do MTV será feita considerando as temáticas anteriormente apresentadas, apresentando os resultados, sempre que possível, sob forma de indicador.



## Caracterização Económica

Por forma a realizar-se uma caracterização económica do MTV é, primeiramente, necessário proceder a uma avaliação do seu valor económico direto.

O valor económico direto gerado e distribuído pelo MTV engloba as receitas correntes e as receitas de capital. Nas receitas correntes constam os impostos diretos e indiretos, taxas, multas e outras penalidades, transferências correntes, entre outros. As receitas de capital, por outro lado, englobam a venda de bens de investimento, as transferências de capital, os ativos e passivos financeiros, assim como outras receitas de capital. O valor económico direto do MTV, para os anos de 2016 a 2019, encontra-se, assim, representado na Tabela 24.

Durante os últimos anos, verificou-se um crescimento da receita do MTV, isto é, do valor económico direto gerado. Entre 2016 e 2019 a receita total aumentou de 48 milhões de euros para, aproximadamente, 59 milhões de euros. É, igualmente, possível constatar que a maior percentagem das receitas geradas, em todos os anos, provém dos impostos diretos.

Tabela 24 - Valor económico direto (em euros - €) gerado pelo MTV, por ano

	2016	2017	2018	2019
Impostos diretos	19 622 680,9	20 461 453,8	22 099 517,7	23 745 471,5
Impostos indiretos	1 210 540,2	1 561 808,3	1 230 152,4	1 594 893,8
Taxas, multas e outras penalidades	710 988,2	1 378 539,3	811 338,8	846 014,1
Rendimentos de propriedade	2 513 015,1	2 518 312,5	2 596 427,3	2 626 086,5
Transferências correntes	13 204 413,2	13 600 018,2	14 076 217,7	14 410 055,0
Venda de bens e serviços correntes	3 799 216,3	3 752 171,1	3 747 523,9	4 041 741,6
Outras receitas correntes	39 625,9	34 161,7	100 719,0	77 846,5
Venda de bens de investimento	59 007,0	0,00	0,00	8 000,0
Transferências de capital	2 347 736,6	1 743 839,8	4 035 986,7	6 403 000,5
Ativos financeiros	1 734 817,1	23 433,1	0,00	0,0
Passivos Financeiros	2 500 000,0	378 000,0	51 670,0	1 076 562,5
Outras receitas de capital	0,00	0,00	0,00	0,0
Outras receitas	286 977,6	1 996 849,8	4 122 901,8	4 552 394,7
<b>RECEITA TOTAL</b>	<b>48 029 018,1</b>	<b>47 448 587,7</b>	<b>52 872 455,2</b>	<b>59 382 066,6</b>
<b>Variação</b>	<b>-</b>	<b>-1,2%</b>	<b>+11,4%</b>	<b>+12,3%</b>

Fonte: Relatórios de Gestão. CMTV.

O valor económico direto gerado corresponde ao orçamento que o Município apresenta para responder a todas as suas despesas e encargos. Por conseguinte, as despesas e encargos do MTV correspondem ao valor económico distribuído. Este, de modo análogo ao valor económico gerado, também se divide em despesas correntes e em despesas de capital.

De um modo geral, o valor económico distribuído engloba as despesas com o pessoal, somatório dos custos com fornecedores, associado à aquisição de bens e serviços, pagamento de subsídios, assim como de outro tipo de contribuições para a sociedade, entre outros.

O valor económico distribuído do MTV, para os anos de 2016 a 2019, encontra-se representado na Tabela 25. Embora entre 2016 e 2017 tenha decorrido uma diminuição da despesa total suportada pelo Município, entre 2017 e 2018 e, posteriormente, entre 2018 e 2019 decorreu um aumento superior a 10%.

Tabela 25 - Valor económico distribuído (em euros - €) pelo MTV, por ano

	2016	2017	2018	2019
Pessoal	11 528 330,6	12 058 516,3	13 303 265,3	14 732 318,5
Aquisição de bens e serviços	12 343 286,6	14 067 531,2	15 643 514,5	15 730 801,3
Juros e outros encargos	205 868,0	121 778,8	93 295,2	82 334,6
Transferências correntes	6 963 692,6	7 059 447,2	7 437 983,2	7 739 847,0
Subsídios	32 083,7	0,00	0,00	0,0
Outras despesas correntes	2 210 143,3	980 935,2	996 694,5	1 045 442,1
Aquisição de bens de capital	3 795 695,9	5 379 696,0	7 324 575,4	11 572 219,4
Transferências de capital	2 466 496,5	2 064 701,2	2 080 383,8	2 382 188,1
Ativos financeiros	445 058,0	296 705,0	222 528,8	148 352,5
Passivos financeiros	6 028 796,3	1 214 832,4	1 223 056,2	1 286 558,0
Outras despesas de capital	23 778,8	94 232,6	0,00	0,0
<b>DESPESA TOTAL</b>	<b>46 043 230,3</b>	<b>43 338 375,6</b>	<b>48 325 296,7</b>	<b>54 720 061,5</b>
<b>Variação</b>	<b>-</b>	<b>-5,9%</b>	<b>+11,5%</b>	<b>+13,2%</b>

Fonte: Relatórios de Gestão. CMTV.

As tabelas anteriores demonstram que as receitas foram sempre superiores às despesas e o maior valor de despesa (valor económico distribuído) está associado a um maior valor de receita (valor económico direto), conforme representado na Figura 43.



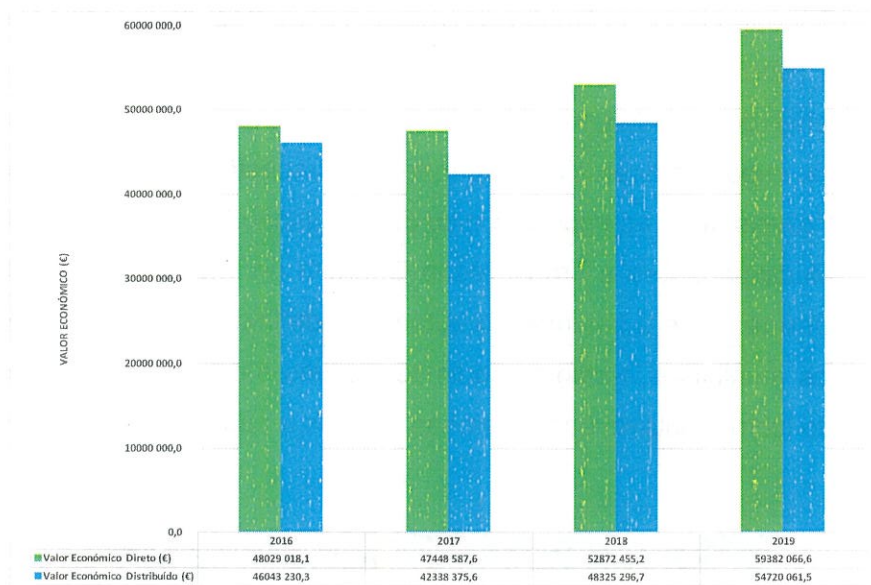


Figura 43 - Valor económico gerado e distribuído total, por ano

Fonte: Relatórios de Gestão. CMTV.

À diferença entre o valor económico direto gerado e o valor económico distribuído, ou seja, à diferença entre as receitas e as despesas, dá-se o nome de valor económico retido – cuja evolução ao longo do período 2016-2019 está representada na Tabela 26.

Tabela 26 - Valor económico retido (em euros - €) do MTV, por ano

	2016	2017	2018	2019
Valor económico direto gerado	48 029 018,1	47 448 587,6	52 872 455,2	59 382 066,6
Valor económico distribuído	46 043 230,3	42 338 375,6	48 325 296,7	54 720 061,5
<b>Valor Económico Retido</b>	<b>1 985 787,7</b>	<b>5 110 212,1</b>	<b>4 547 158,4</b>	<b>4 662 005,1</b>
<b>Varição</b>	<b>-</b>	<b>+157,3%</b>	<b>-11,0%</b>	<b>+2,5%</b>

Fonte: Relatórios de Gestão. CMTV.

É possível constatar que o valor económico retido assumiu sempre um valor positivo. Isto indica que o Município apresentou lucro, uma vez que as receitas foram sempre superiores às despesas, conforme já ilustrado pela Figura 43.

Verifica-se, igualmente, que embora tenha decorrido um forte aumento do lucro entre 2016 e 2017, o mesmo não aconteceu entre 2017 e 2018. Ainda assim, o valor económico retido aproximou-se dos 5 milhões de euros no ano de 2019.

Analisando, novamente, a Tabela 25, é possível constatar que a grande parte das despesas suportadas pelo MTV são a aquisição de bens e serviços e as despesas de recursos humanos, ambas consideradas despesas correntes.

Além destas, existem outras despesas correntes consideradas fundamentais para o funcionamento do Município, em especial as transferências correntes e os juros e outros encargos. Ao longo dos anos em análise (2016-2019), os diferentes tipos de despesa corrente assumem a mesma importância relativa, tendo, contudo, o valor total aumentado ao longo dos anos, de acordo com o ilustrado na Figura 44.

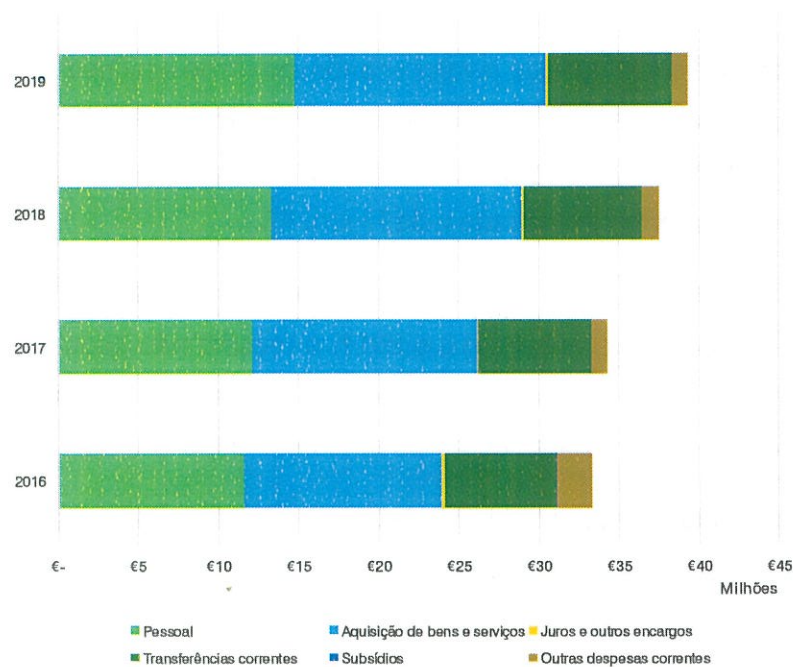


Figura 44 - Despesas correntes do MTV, por ano

Fonte: Relatórios de Gestão. CMTV.

Por outro lado, no âmbito das receitas correntes, de acordo com a Tabela 24 e a Figura 45, verifica-se que estas aumentaram ao longo do período em análise, destacando-se os impostos diretos. Os impostos diretos correspondem ao Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), ao Imposto Único de Circulação (IUC), ao Imposto Municipal sobre a Transmissão Onerosa de Imóveis (IMT) e à Derrama que é um imposto autárquico definido anualmente pelos municípios, tendo como limite máximo o montante de 1,5% do lucro tributável das empresas sujeitas e não isentas de IRC.

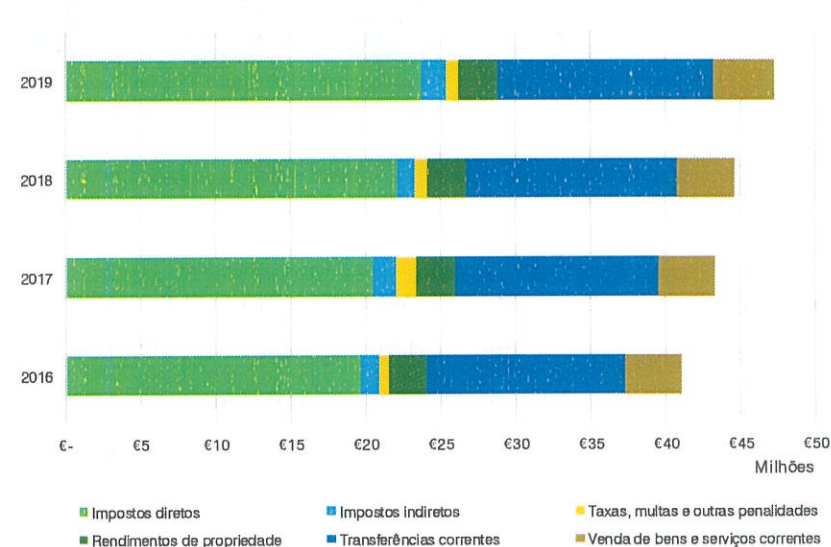


Figura 45 - Receitas correntes do MTV, por ano

Fonte: Relatórios de Gestão. CMTV.



O valor dos impostos diretos, além de ser o maior contribuinte para a receita corrente, tem vindo a aumentar desde 2016. Com efeito, de acordo com a tabela seguinte, o aumento da receita obtida através de impostos diretos duplicou de 2017 para 2018 e em 2019 teve um aumento mais moderado face ano transato.

Tabela 27 - Variação dos impostos diretos (em euros - €) face ao ano anterior, por ano

	2016	2017	2018	2019
Impostos diretos	19 622 680,9	20 461 453,8	22 099 517,7	23 745 471,5
<b>Variação</b>	-	+4,3%	+8,0%	+7,4%

Fonte: Relatórios de Gestão. CMTV.

Ainda no âmbito da caracterização económica, é importante destacar a assistência financeira que a Câmara Municipal de Torres Vedras recebeu do Governo.

No caso de um Município, a assistência financeira prestada pelo Governo traduz-se sob forma de transferências correntes do Estado para a administração central (sobrepondo-se à regional e à local), participação do Estado em projetos comunitários, administração pública de instituições do Governo (serviços e fundos autónomos), transferências de capital do Estado para adminis-

tração central, participação comunitária em projetos cofinanciados e empréstimos a médio e longo prazo para a administração pública e central.

A evolução da assistência financeira prestada pelo Governo ao MTV, entre os anos de 2016 e 2019, está presente na Tabela 28.

Tabela 28 - Assistência financeira (por tipo e em euros - €) prestada pelo Governo ao MTV, por ano

	2016	2017	2018	2019
Transferências correntes para Administração Central	12 802 351,4	12 897 723,9	3 026 470,4	3 291 002,7
Participação em projetos comunitários	260 629,0	531 258,6	32 173,0	7 742,8
Serviços e fundos autónomos	116 362,8	91 432,4	77 567,7	76 011,2
Transferências de capital para a Administração Central	943 610,6	809 217,7	36 901,0	838 710,4
Participação comunitária em projetos cofinanciados	1 178 910,1	748 193,5	167 636,4	564 290,1
Empréstimos a médio e longo prazo para Administração Pública e Central	1 701 809,0	0,0	0	0
<b>ASSISTÊNCIA TOTAL</b>	<b>17 003 673,0</b>	<b>15 077 826,1</b>	<b>7 790 748,4</b>	<b>9 687 757,1</b>

Fonte: Relatórios de Gestão. CMTV.

201-4

Não se verifica uma forte tendência evolutiva nos valores de assistência financeira ao Município, prestado pelo Estado. Em 2017, decorreu um decréscimo face ao ano anterior, mas nos anos seguintes, o valor da assistência financeira voltou a aumentar.

A assistência financeira prestada pelo Governo é feita, sobretudo, através de transferências correntes e de transferências de capital para a Administração Central, assim como da participação comunitária em projetos cofinanciados que aumentou consideravelmente em 2018 e 2019.

Os elevados valores de financiamento associados à Administração Central são justificados pelo facto de esta englobar todos os serviços administrativos do Estado, assim como outros organismos centrais.

### Presença de mercado

O presente subcapítulo pretende avaliar, de acordo com uma perspetiva económico-financeira, a posição do MTV em relação ao mercado onde se encontra inserido. Neste sentido, torna-se fundamental proceder a uma avaliação do nível salarial do MTV

– comparando os valores locais com os valores salariais registados a nível regional e nacional (para o período entre 2016 e 2017).

É apresentada, na tabela seguinte, a remuneração média mensal, por género, no concelho de Torres Vedras, comparando estes valores com a região oeste, o valor nacional – assim como com a remuneração média mensal oferecida pelo MTV.

Tabela 29 - Remuneração média mensal (em euros - €) do MTV, região oeste e nacional, por género e por ano

	Homens		Mulheres	
	2016	2017	2016	2017
Portugal	997,40	1 012,30	840,30	861,20
Oeste	847,30	-	712,70	-
Torres Vedras	1029,30	-	865,90	-
<b>MTV</b>	<b>861,40</b>	<b>864,60</b>	<b>861,40</b>	<b>864,60</b>

Fonte: INE

Torna-se impossível fazer uma comparação fidedigna entre os diversos valores, uma vez que, para a região do Oeste e para o MTV, os dados mais recentes são referentes ao ano de 2016. Adicionalmente, os valores da remuneração média mensal do MTV não estão discriminados por género. Assim, a remuneração



média mensal foi calculada com base no valor total gasto na remuneração bases e no número total de trabalhadores ao encargo do MTV.

Ainda assim, de modo geral, verifica-se uma discrepância nas remunerações entre homens e mulheres e que, embora a remuneração média mensal na região Oeste seja inferior ao valor nacional, o oposto é verificado para o MTV.

Analisando mais detalhadamente o ano de 2016, o salário médio dos trabalhadores do MTV é, para ambos os géneros, superior à média da Região Oeste. Por outro lado, embora o salário médio mensal de Torres Vedras para as mulheres seja bastante próximo do salário médio do MTV, o mesmo não se verifica para os homens – registando-se uma discrepância superior a 150€ mensais. Comparando o salário médio dos trabalhadores do MTV com a remuneração média mensal nacional das mulheres, verifica-se que – tanto para 2016, como para 2017 –, a média nacional é inferior à média do MTV. Por outro lado, o oposto é registado para os homens. Ainda assim, é importante destacar mais uma vez que a comparação não é totalmente fiável, visto não se registar distinção entre géneros, no âmbito do salário médio mensal do MTV.

A tendência evolutiva é que a remuneração média mensal continue a aumentar ao longo dos anos no MTV, acompanhando, assim, a tendência nacional.

### Impactes Económicos Indiretos

203-2

Todas as entidades, incluindo as Câmaras Municipais, são capazes de gerar impactes económicos indiretos. Com efeito, este tipo de impactes costuma assumir uma proporção bastante superior em entidades como as Câmaras Municipais, comparativamente a outro tipo de entidades como a entidades privadas.

Os impactes económicos indiretos apresentam-se como Transferências e Subsídios Correntes concedidos a entidades que recebem apoio municipal. Englobam, assim, as transferências efetuadas a sociedades públicas e a sociedades privadas, à administração central (traduzida, unicamente, sob forma de apoio aos agrupamentos escolares), à administração local (que é maioritariamente referente às freguesias do concelho de Torres Vedras), a instituições sem fins lucrativos e, por fim, às famílias – sob forma de apoio ao arrendamento, bolsas de estágio, apoio aos passes escolares, entre outros.

A evolução dos impactes económicos indiretos, entre 2016 e 2019, encontra-se representada na Tabela 30.

Tabela 30 - Transferências correntes (em euros - €) cedidas pelo MTV, por ano

	2016	2017	2018	2019
Sociedades públicas	365 000,0	555 000,0	555 000,0	601 000,0
Sociedades privadas	62 213,7	14 129,2	17 957,0	61 918,9
Administração central (agrupamentos escolares)	149 117,5	95 336,7	118 193,9	83 534,8
Administração local	3 397 597,8	3 403 594,0	3 490 497,8	3 644 113,4
Instituições sem fins lucrativos	2 525 384,7	2 313 703,0	2 572 886,4	2 572 847,5
Famílias	464 379,0	454 547,6	466 825,9	537 996,1
Resto do mundo	0,0	112 134,0	67 207,2	154 641,4
<b>Total</b>	<b>6 963 692,6</b>	<b>6 948 444,5</b>	<b>7 288 568,2</b>	<b>7 656 052,1</b>

Fonte: Relatórios de Gestão. CMTV.

Como pode observar-se na tabela, decorreu um aumento das transferências atribuídas pela autarquia, entre 2016 e 2019. Os setores que mais transferências receberam, ou seja, os setores que mais contribuíram para o aumento dos impactes económicos indiretos, foi a administração local, as instituições sem fins lucrativos, as sociedades públicas e as famílias.

Este aumento geral das transferências correntes poderá ser consequência da diminuição dos cortes orçamentais do Estado, assim como do aumento do interesse face às prioridades estratégicas.

Ainda assim, a tendência de aumento das transferências correntes não se verificou em todos os aspetos como é o caso dos apoios à administração central. Este último traduziu-se numa forte diminuição das transferências concedidas aos agrupamentos escolares.

### Agência Investir Torres Vedras

A Agência Investir Torres Vedras apresenta como principal missão o acompanhamento de todas as formas de investimento no Concelho. Neste sentido, consideram-se competências da Agência Investir Torres Vedras:

- Articular com os serviços municipais e demais entidades, com vista à promoção e atração do investimento, designadamente projetos que fomentem a criação de emprego e fixação de empresas no município.
- Apoiar, divulgar e dinamizar o tecido económico do concelho de Torres Vedras.



- Captar novas empresas e novos investimentos para o concelho através de programas de empreendedorismo e incubação, e desenvolver iniciativas que visem o fomento de uma cultura empreendedora no Município.
- Proceder à pesquisa e análise de instrumentos e apoios financeiros, destinados ao apoio a empresas e a novos investimentos.
- Promover e acompanhar projetos estratégicos e estruturantes para a inovação e desenvolvimento económico do município, com vista a dinamizar o desenvolvimento económico, empreendedorismo, inovação e investigação.
- Diagnosticar com infografias económicas a realidade do Concelho de Torres Vedras.

Com a criação da Agência Investir, o MTV consegue acompanhar empresários e investidores ao longo de toda as fases do processo de investimento, desde a intenção, à concretização e crescimento da empresa. Esta agência é, assim, responsável pela dinamização do empreendedorismo local e pela atração de novos investimentos, assumindo uma elevada importância no desempenho e desenvolvimento económico de Torres Vedras.



Figura 46 - Logótipo da Agência Investir Torres Vedras

### Medidas anticorrupção

205-1

A corrupção é definida como a apropriação ilegítima da coisa pública, o uso ilegal dos poderes da Administração Pública ou de organismos equiparados, com o objetivo final de serem obtidas vantagens. Apresenta, por isso, consequências negativas para a democracia e desenvolvimento socio-económico.

Neste sentido, e com base no “Plano de gestão de risco de corrupção e infrações conexas”, elaborado pelo Conselho de Prevenção da Corrupção (CPC), o MTV elaborou o Plano de Prevenção da Corrupção, em 2010.

Este Plano de Prevenção dos Riscos de Corrupção e Infrações Conexas da Câmara Municipal de Torres Vedras apresenta-se, assim, como um instrumento evolutivo, cujos objetivos principais

são reduzir a corrupção e infrações conexas. Este plano funciona, portanto, como um referencial de atuação, assim como um modo de promover a melhoria contínua das atividades desenvolvidas pela Câmara Municipal.

Neste documento, são identificados os riscos de corrupção e as infrações conexas associadas às diferentes unidades orgânicas (departamentos e gabinetes) do MTV, sendo todas as operações avaliadas quanto ao seu possível risco de corrupção. Os riscos reconhecidos estão divididos em sete temáticas distintas (análise técnica, compras, qualificação, tesouraria, auditoria, segurança da informação, segurança), sendo também avaliados de acordo com a sua criticidade e probabilidade de ocorrência (o risco elevado de corrupção está associado a uma elevada criticidade e elevada probabilidade de ocorrência).

Associados aos riscos identificados para os diferentes tipos de departamentos, são também apresentadas as medidas de prevenção adequadas a cada tipo de risco, bem como o programa de implementação das medidas planeadas – definindo, igualmente, a estrutura de governação que monitorizará e moverá os esforços no sentido da concretização do plano de ação.

Existe, assim, um responsável pela implementação das diferentes medidas para minimizar os riscos de corrupção, que passam, muitas vezes, pela comunicação e formação relativa às políticas e procedimentos anticorrupção.



## Compromissos, Parcerias e Reconhecimentos

Como parte da sua agenda para 2030, as Nações Unidas desenvolveram, em 2015, os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), com o objetivo de promover o desenvolvimento sustentável em todas as suas dimensões – económico, social e ambiental – de forma ponderada e integrada. Os 193 estados membros das Nações Unidas passaram a implementar a Agenda 2030 oficialmente a partir de 1 janeiro de 2016. Assim, até 2030, prevê-se que todos os países desenvolvam políticas, medidas e ações, com vista ao cumprimento das 169 metas definidas, distribuídas entre 17 ODS. Esta agenda tem por base os conhecimentos e progressos desenvolvidos com os 8 Objetivos de Desenvolvimento do Milénio, entre 2000 e 2015, e procura conciliar e explorar um modelo global com vista: à erradicação da pobreza; ao combate às desigualdades dentro e entre países; à construção de sociedades pacíficas, justas e inclusivas; à proteção dos direitos humanos e promoção da igualdade de género, fortalecendo o papel da mulher; e à garantia e proteção do planeta e dos seus recursos.



Figura 47 - Objetivos do Desenvolvimento Sustentável

Como parte da sua estratégia de desenvolvimento, o MTV tem como propósito contribuir ativamente para a concretização dos ODS através da realização de projetos, medidas de ação concretas e compromissos que contribuam para esse fim. Para além disso, a autarquia encontra-se empenhada em desenvolver parcerias com entidades das mais variadíssimas áreas, sendo estas constituídas numa ótica de complementaridade, de rentabilização de recursos e de criação de sinergias, que podem gerar impactos muito positivos para o território. Com estas parcerias, de



âmbito local, nacional e internacional, a autarquia procura estabelecer relações de equidade, compromisso e respeito pelos valores de responsabilidade, transparência, abertura e confiança.

Ao longo dos anos, a autarquia foi estabelecendo diversas redes e parcerias com entidades, associações, municípios, instituições de ensino, entre outros. Para além disso, uma vez que o MTV tem assumido uma posição de destaque no que diz respeito às preocupações ambientais e sociais, recebeu até ao final de 2018 um total de 27 prémios e 16 galardões. Destes prémios destacam-se o Energy Globe Award em 2018 e 2015 e o European Green Leaf em 2015, ambas as distinções atribuídas pela União Europeia, realçando o esforço do município no sentido de alcançar melhores resultados ambientais, sobretudo na área da mobilidade, esforço de preservação da biodiversidade e gestão da água. No que se refere aos galardões, destacam-se a Bandeira Azul, Praia Acessível para Todos, Praias Qualidade de Ouro, Praias Zero Poluição e o Green Destinations em 2016, 2017, 2018 e 2019.

Para além disso, salientam-se as sete certificações obtidas pelo Município, onde se destacam a norma NP EN ISO 9001:2008, que reflete os princípios que sustentam o Modelo de Gestão da

autarquia, e ainda a 3R6, um programa voluntário de certificação ambiental da Ponto Verde Serviços dirigido a entidades que pretendem adotar práticas ambientais mais sustentáveis na gestão dos seus resíduos.

Refira-se, ainda, a implementação da Norma ISO 13009:2015 (Serviço de turismo e afins – Requisitos e recomendações para operar numa praia) nos apoios de praia do Centro e da Física que foram os primeiros, a nível nacional, a ser certificados por este normativo. Pretende-se que esta certificação seja extensível a todas as 12 praias no litoral de Torres Vedras, de modo a contribuir para a valorização e sustentabilidade do território, garantindo a prestação de um serviço de qualidade, que integre os valores das comunidades costeiras e respeite a sensibilidade ecológica local.

Tabela 31 - Número total de redes, parcerias, prémios, galardões e certificações recebidos pelo MTV

Categorias	Total
Redes	67
Parcerias	140
Prémios	27
Galardões	16
Certificações	7

Fonte: CMTV



## Diretrizes do Global Report Initiative

A GRI é uma organização líder na área da sustentabilidade, que promove a publicação de relatórios de sustentabilidade por parte das empresas, governos e organizações, de forma a estas perceberem e comunicarem os seus impactes em matéria ambiental, social e económica. O desenvolvimento de relatórios de sustentabilidade permite às organizações melhorarem a sua performance e eficiência dos seus processos, reduzindo os seus impactes e contribuindo para o desenvolvimento sustentável global.

A transparência sobre a sustentabilidade das atividades das organizações interessa a um vasto conjunto de partes interessadas, que inclui empresas, sindicatos, associações, organizações não governamentais, municípios, investidores, entre outros e a informação disponibilizada no relatório procura responder a todos os requisitos e indicadores sociais, ambientais e económicos essenciais do GRI. No entanto, pela natureza e conteúdo da atividade da autarquia, nem todos os indicadores são relevantes e, portanto, não foram considerados no presente relatório. Na Tabela 35 identificam-se os indicadores da GRI e a sua respetiva aplicabilidade no presente Relatório.

Tabela 32 - Correspondências das Diretrizes GRI

Código GRI	Descrição	Aplicabilidade	Páginas
<b>Perfil da Organização</b>			
102-1	Nome	A	2
102-2	Atividades, marcas, produtos e serviços	N/A	-
102-3	Localização da sede	A	2;15
102-4	Localização das atividades	A	2;15
102-5	Propriedade e forma legal	A	2;20
102-6	Mercados servidos	N/A	-

Código GRI	Descrição	Aplicabilidade	Páginas
102-7	Escala da organização	A	23-25
102-8	Informação sobre empregados e outros trabalhadores	A	34-44
102-9	Cadeia de fornecedores	S/D	-
102-10	Mudanças significativas na organização e na cadeia de fornecedores	S/D	-
102-11	Abordagem ao Princípio da Precaução	N/A	-
102-12	Iniciativas externas	A	91
102-13	Associações a que pertence	A	91
<b>Estratégia</b>			
102-14	Declaração do decisor superior	A	11
102-15	Impactes, riscos e oportunidades chave	A	12/13
<b>Ética e Integridade</b>			
102-16	Valores, princípios, padrões e normas de comportamento	A	12/13
102-17	Mecanismos para aconselhamento e sugestão sobre ética	N/A	-
<b>Governância</b>			
102-18	Estrutura de Governância	A	26/27
102-19	Autoridade delegante	A	20
102-20	Responsabilidade executiva nos tópicos económicos, ambientais e sociais	A	20
102-21	Consulta aos <i>stakeholders</i> nos tópicos económicos, ambientais e sociais	A	28-33
102-22	Composição da equipa de maior governância e suas comissões	A	22-25
102-23	Presidente da equipa de maior governância	A	22



Código GRI	Descrição	Aplicabilidade	Páginas
102-24	Nomeação e escolha da equipa de maior governância	A	22
102-25	Conflitos de interesse	N/A	-
102-26	Papel da equipa de maior governância na definição dos objetivos, missão e estratégia	A	20
102-27	Conhecimento coletivo da equipa de maior governância	N/A	-
102-28	Avaliação do desempenho da equipa de maior governância	N/A	-
102-29	Identificação de gestão dos impactes económicos, ambientais e sociais	A	34-45-80
102-30	Eficácia dos processos de gestão de risco	N/A	-
102-31	Revisão dos tópicos económicos, ambientais e sociais	A	34-45-80
102-32	Papel da equipa de maior governância no reporte da sustentabilidade	A	26
102-33	Comunicação das preocupações chave	A	27
102-34	Natureza e números das preocupações chave	A	14
102-35	Políticas de remuneração	S/D	-
102-36	Processos para a determinação da remuneração	N/A	-
102-37	Envolvimento dos <i>stakeholders</i> na remuneração	N/A	-
102-38	Rácio total anual de compensação	N/A	-
102-39	Percentagem de incremento no rácio total anual de compensação	N/A	-
<b>Envolvimento dos <i>Stakeholders</i></b>			
102-40	Lista dos grupos de <i>stakeholders</i>	A	26/27
102-41	Acordos de negociação coletiva	N/A	-
102-42	Identificação e seleção de <i>stakeholders</i>	A	27

Código GRI	Descrição	Aplicabilidade	Páginas
102-43	Abordagem ao envolvimento de <i>stakeholders</i>	A	28-33
102-44	Questões chave e preocupações levantadas	A	14
<b>Prática de Reporte</b>			
102-45	Entidades incluídas nos relatórios financeiros consolidados	N/A	-
102-46	Definição do conteúdo de relatórios e do âmbito	A	12/13
102-47	Lista de tópicos chave	A	13
102-48	Reformulações de informação	N/A	-
102-49	Mudanças no reporte	A	13
102-50	Data do relatório mais recente	A	12
102-51	Período de reporte	A	11/12
102-52	Ciclo de reporte	N/A	-
102-53	Contato em caso de dúvidas sobre o relatório	A	2
102-54	Afirmações de reporte de acordo com as GRI Standards	A	93
102-55	Índice de conteúdos das GRI Standards	A	93
102-56	Verificação externa	A	2
<b>Caracterização Económica</b>			
201-1	Valor económico direto gerado e distribuído	A	81/82
201-2	Implicações financeiras e outros riscos e oportunidades derivadas das alterações climáticas	N/A	-
201-3	Obrigações do plano de benefícios definidos e outros planos de reforma	N/A	-
201-4	Assistência financeira recebida do governo	A	85



Código GRI	Descrição	Aplicabilidade	Páginas
<b>Presença de mercado</b>			
202-1	Rácios de rendimentos standard de novos trabalhos comparativamente com salário mínimo local	S/D	-
202-2	Proporção de gestores sénior contratados da comunidade local	S/D	-
<b>Impactes Económicos Indiretos</b>			
203-1	Investimentos na infraestrutura e serviços prestados	N/A	-
203-2	Impactes económicos indiretos significativos	A	87/88
<b>Práticas de Aquisição</b>			
204-1	Proporção de gastos em fornecedores locais	S/D	-
<b>Anticorrupção</b>			
205-1	Operações avaliadas relativamente a riscos associados com corrupção	A	89
205-2	Comunicação e formação acerca de políticas e procedimentos anticorrupção	A	89
205-3	Incidentes confirmados de corrupção e ações tomadas	S/D	-
<b>Comportamento anticompetitivo</b>			
206-1	Ações legais para comportamento anticompetitivo, desleal e práticas de monopólio	S/D	-
<b>Materiais</b>			
301-1	Materiais utilizados por peso ou volume	S/D	-
301-2	Materiais reciclados utilizados	S/D	-
301-3	Recolha de produtos e respetivas embalagens	A	57



Código GRI	Descrição	Aplicabilidade	Páginas
<b>Energia</b>			
302-1	Energia consumida nas instalações da organização	A	47/48
302-2	Energia consumida fora das instalações da organização	A	48/49
302-3	Intensidade energética	S/D	-
302-4	Redução do consumo de energia	A	47/51
302-5	Redução dos requerimentos de energia dos produtos e serviços	N/A	-
<b>Água e Efluentes</b>			
303-1	Interações com a água como um recurso partilhado	A	52
303-2	Gestão dos impactes resultantes de descargas de efluentes	A	52-55
303-3	Captura de água	A	52-55
303-4	Efluentes	S/D	-
303-5	Consumo de água	A	52-55
<b>Biodiversidade</b>			
304-1	Locais em áreas protegidas, ou adjacentes a elas, e áreas com elevado valor de biodiversidade fora das áreas protegidas	A	77-79
304-2	Impactes significativos de atividades, produtos e serviços na biodiversidade	N/A	-
304-3	Habitats protegidos ou restaurados	A	77-79
304-4	Espécies protegidas nacionais e na lista vermelha IUCN com habitats em áreas afetadas pelas operações da organização	A	79
<b>Emissões</b>			
305-1	Emissões GEE diretas	A	62



Código GRI	Descrição	Aplicabilidade	Páginas
305-2	Emissões GEE indiretas (energia)	S/D	-
305-3	Outras Emissões GEE indiretas	S/D	-
305-4	Intensidade de Emissões GEE	S/D	-
305-5	Redução de Emissões GEE	A	47/60
305-6	Emissão de gases que destroem a camada de ozono	N/A	-
305-7	Óxidos nitrosos (NOx), óxidos de enxofre (SOx) e outros gases poluentes	N/A	-
<b>Efluentes e Resíduos</b>			
306-1	Descargas de efluentes e respetivo destino	S/D	-
306-2	Tipo de Efluentes e método de descarga	N/A	-
306-3	Derrames significativos	N/A	-
306-4	Transporte de resíduos perigosos	N/A	-
306-5	Massas de água afetados por descargas de efluentes e/ou águas de es-corrência	N/A	-
<b>Conformidade Ambiental</b>			
307-1	Não conformidade com as leis e regulamentos ambientais	A	61
<b>Emprego</b>			
401-1	Novas contratações e demissões	A	35
401-2	Benefícios oferecidos a funcionários efetivos que não são oferecidos a funcionários com contrato temporário	A	41
401-3	Licença de maternidade	A	42



Código GRI	Descrição	Aplicabilidade	Páginas
<b>Saúde e Segurança no Trabalho</b>			
403-1	Sistema de gestão de segurança e saúde no trabalho	A	37
403-2	Identificação de perigos, riscos e investigação em caso de acidentes	S/D	-
403-3	Serviços de saúde ocupacional	A	37/38
403-4	Participação, consulta e comunicação dos trabalhadores acerca de saúde e segurança no trabalho	A	37/38
403-5	Formação de trabalhadores sobre saúde e segurança no trabalho	A	38
403-6	Promoção da saúde dos trabalhadores	A	37-39
403-7	Prevenção e Mitigação de impactos na saúde e segurança no trabalho diretamente relacionados com o posto de trabalho	A	37-39
403-8	Trabalhadores abrangidos pelo sistema de gestão de saúde e segurança no trabalho	A	37-39
403-9	Acidentes ocorridos no trabalho	A	37
403-10	Doenças relacionadas com o trabalho	S/D	-
<b>Formação e Educação</b>			
404-1	Número de horas médio de formação por ano e por trabalhador	A	39-41
404-2	Programas de melhoria de capacidades dos trabalhadores e programas de assistência à transição	S/D	-
404-3	Percentagem de trabalhadores que recebem avaliações regulares do seu desempenho	S/D	-
<b>Diversidade e Igualdade de Oportunidades</b>			
405-1	Diversidade dos órgãos de governança e trabalhadores	A	35/36



<b>Código GRI</b>	<b>Descrição</b>	<b>Aplicabilidade</b>	<b>Páginas</b>
<b>405-2</b>	Rácio do salário mínimo e renumeração de homens e mulheres	S/D	-
<b>Não Discriminação</b>			
<b>406-1</b>	Incidentes de discriminação e ações corretivas tomadas	A	43
<b>Práticas de Segurança</b>			
<b>410-1</b>	Seguranças com formação sobre políticas e procedimentos relacionados com direitos humanos	S/D	-
<b>Avaliação dos Direitos Humanos</b>			
<b>412-1</b>	Operações que foram alvo de avaliações de impactes ou direitos humanos	S/D	-

## Referências Bibliográficas

---

Agência Investir Torres Vedras (2020). *Serviços*. Acedido em janeiro 2020, em: <http://www.investir-tvedras.pt/programas/servicos>.

Baumgartner, R. J. (2014). Managing corporate sustainability and CSR: A conceptual framework combining values, strategies and instruments contributing to sustainable development. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, 21(5), 258-271.

Comissão Europeia (2011). Livro Verde – Promover um quadro europeu para a responsabilidade social das empresas. Comissão das Comunidades Europeias. Bruxelas, Bélgica.

Direção Geral do Território [DGT] (2018). Carta Administrativa Oficial de Portugal de 2018.

Direção Geral do Território [DGT] (2015). Carta de Uso e Ocupação do Solo.

Instituto Nacional de Estatística (2019). *Remuneração média mensal de base (€), por Localização geográfica e Sexo; Anual – MTSS/GEP, Quadros de pessoal*. Acedido em: novembro 2019, em: <http://ine.pt>.

Ruiz-Frutos, C., Pinos-Mora, P., Ortega-Moreno, M., & Gómez-Salgado, J. (2019). Do companies that claim to be socially responsible adequately manage occupational safety and health?. *Safety Science*, 114, 114-121.

Município de Torres Vedras (2016). *Controlo Orçamental – Despesa*. Acedido em novembro 2019, em: <http://www.cm-tvedras.pt/documentos/gestao/>.

Município de Torres Vedras (2016). *Controlo Orçamental – Receita*. Acedido em novembro 2019, em: <http://www.cm-tvedras.pt/documentos/gestao/>.

Município de Torres Vedras (2017). *Controlo Orçamental – Despesa*. Acedido em novembro 2019, em: <http://www.cm-tvedras.pt/documentos/gestao/>.

Município de Torres Vedras (2017). *Controlo Orçamental – Receita*. Acedido em novembro 2019, em: <http://www.cm-tvedras.pt/documentos/gestao/>.



Município de Torres Vedras (2018). *Controlo Orçamental – Despesa*. Acedido em novembro 2019, em: <http://www.cm-tvedras.pt/documentos/gestao/>.

Município de Torres Vedras (2018). *Controlo Orçamental – Receita*.

Município de Torres Vedras (2019). *Agência Investir passa a prestar serviços direcionados a agentes económicos*. Acedido em janeiro 2020, em: <http://www.cm-tvedras.pt/artigos/detalhes/agencia-investir-passa-a-prestar-servicos-direcionados-a-agentes-economicos/>.

Município de Torres Vedras (2019). Informação de base disponibilizada.

Município de Torres Vedras. (2015). Balanço Social.

Município de Torres Vedras (2016). Balanço Social.

Município de Torres Vedras (2017). Balanço Social.

Município de Torres Vedras (2018). Balanço Social.

Município de Torres Vedras (2019). Balanço Social.

Município de Torres Vedras (2019). Resíduos Sólidos Urbanos. Acedido em novembro de 2019, em: <http://www.cm-tvedras.pt/ambiente/limpeza-e-residuos/residuos-solidos-urbanos/>

Município de Torres Vedras (2019). Centro de Educação Ambiental. Acedido em novembro de 2019, em: <http://www.cm-tvedras.pt/ambiente/educacao-para-sustentabilidade/cea/>

Município de Torres Vedras (2019). Projeto Rios. Acedido em novembro de 2019, em: <http://www.cm-tvedras.pt/ambiente/educacao-para-sustentabilidade/projeto-rios/>

Eco-Escolas (2019). Quem Somos. Acedido em novembro de 2019, em: <https://ecoescolas.abae.pt/sobre/quem-somos/>

Bandeira Azul (2019). Galardoados. Acedido em novembro de 2019, em: <https://bandeiraazul.abae.pt/>

Município de Torres Vedras (2019). Energia. Acedido em novembro de 2019, em: <http://www.cm-tvedras.pt/ambiente/energia/>

Município de Torres Vedras (2019). Mar e Zona Costeira. Acedido em novembro de 2019, em: <http://www.cm-tvedras.pt/ambiente/recursos-naturais/mar-e-zona-costeira/>

Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Torres Vedras (2019). Abastecimento. Acedido em: <http://www.smastv.pt/servicos/abastecimento>

Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Torres Vedras (2019). Qualidade da Água. Acedido em novembro de 2019, em: <http://www.smastv.pt/a-nossa-agua/qualidade-da-agua>

Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Torres Vedras (2019). Resíduos Sólidos Urbanos. Acedido em: <http://www.smastv.pt/residuos-solidos/residuos-solidos-urbanos>

Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Torres Vedras (2019). Saneamento. Acedido em: <http://www.smastv.pt/servicos/saneamento>

Município de Torres Vedras (2017). Monitorização da Qualidade do Ar Ambiente no Município de Torres Vedras. Relatório Final 2016. Acedido em novembro de 2019, em: <http://www.cm-tvedras.pt/ambiente/recursos-naturais/ar/>

Município de Torres Vedras (2018). Monitorização da Qualidade do Ar Ambiente no Município de Torres Vedras. Relatório Final 2017. Acedido em novembro de 2019, em: <http://www.cm-tvedras.pt/ambiente/recursos-naturais/ar/>

Município de Torres Vedras (2018). Monitorização da Qualidade do Ar Ambiente no Município de Torres Vedras. Relatório Final 2018. Acedido em novembro de 2019, em: <http://www.cm-tvedras.pt/ambiente/recursos-naturais/ar/>

Município de Torres Vedras (2019). Fauna e Flora. Acedido em novembro de 2019, em: <http://www.cm-tvedras.pt/ambiente/recursos-naturais/fauna-e-flora/>

ICNF (2019). Natura 2000. Acedido em novembro de 2019, em: <http://www2.icnf.pt/portal/pn/biodiversidade/rn2000>



Município de Torres Vedras (2016). Relatório de Sustentabilidade de 2016. Acedido em novembro de 2019, em: <http://www.cm-tvedras.pt/ambiente/relatorio-de-sustentabilidade/>

Instituto Nacional de Estatística (2019). *População residente (nº) por local de residência (NUTS – 2013), Sexo e Idade; Anual*. Acedido em novembro de 2019, em: <http://ine.pt>.

Instituto Nacional de Estatística (2019). *População residente (nº) por local de residência (NUTS – 2013), Sexo e Grupo Etário; Anual*. Acedido em novembro de 2019, em: <http://ine.pt>.

Instituto Nacional de Estatística (2019). *Densidade Populacional (nº/km²) por local de residência (NUTS – 2013); Anual*. Acedido em novembro de 2019, em: <http://ine.pt>.

Instituto Nacional de Estatística (2019). *Índice de envelhecimento (nº) por local de residência (NUTS – 2013), Sexo e Idade; Anual*. Acedido em novembro 2019, em: <http://ine.pt>.

Instituto Nacional de Estatística (2019). *População residente (nº) por local de residência (NUTS – 2013), Sexo e Idade; Anual*. Acedido em novembro de 2019, em: <http://ine.pt>.

Instituto Nacional de Estatística (2019). *Nados-vivos (nº) por local de residência da mãe (NUTS – 2013), Sexo e Tipologia de áreas urbanas; Anual*. Acedido em novembro de 2019, em: <http://ine.pt>.

Instituto Nacional de Estatística (2019). *População estrangeira com estatuto legal de residente (nº) por local de residência (NUTS – 2013), Sexo e Nacionalidade (Grupos de Países); Anual*. Acedido em novembro de 2019, em: <http://ine.pt>.

Secretaria Geral do Ministério da Administração Interna (2017). Autárquicas Locais. Resultados para a Câmara Municipal. Acedido em novembro de 2019, em: <https://www.sg.mai.gov.pt/AdministracaoEleitoral/EleicoesReferendos/AutarquiasLocais/Paginas/default.aspx?FirstOpen=1>

Secretaria Geral do Ministério da Administração Interna (2017). Autárquicas Locais. Resultados para a Assembleia Municipal. Acedido em novembro de 2019, em: <https://www.sg.mai.gov.pt/AdministracaoEleitoral/EleicoesReferendos/AutarquiasLocais/Paginas/default.aspx?FirstOpen=1>

Município de Torres Vedras (2019). Orçamento Participativo. Acedido em novembro de 2019, em: <http://cm-tvedras.pt/orcamento-participativo/>

Município de Torres Vedras (2019). Paisagem Protegida. Acedido em novembro de 2019, em: <http://cm-tvedras.pt/ambiente/paisagem-protegida-ssa/>

Município de Torres Vedras (2019). Espaços Verdes. Acedido em novembro de 2019, em: <http://cm-tvedras.pt/ambiente/espacos-verdes/>